



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

GISLANE BARBOSA FERNANDES

**A MOBILIDADE DO TRABALHO DE JOVENS CAMPONESES NO MUNICÍPIO DE
CANDIBA/BA, CONTRADIÇÕES PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO
AGRÁRIO.**

Vitória da Conquista- 2023

GISLANE BARBOSA FERNANDES

**A MOBILIDADE DO TRABALHO DE JOVENS CAMPONESES NO MUNICÍPIO DE
CANDIBA/BA, CONTRADIÇÕES PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO
AGRÁRIO.**

Texto escrito sob orientação da Prof.^a Dr.^a Suzane Tosta Souza e apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) como pré-requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

S594r

Fernandes, Gislane Barbosa.

A mobilidade do trabalho de jovens camponeses no município de Candiba-Ba, contradições para a reprodução social no espaço agrário/ Gislane Barbosa Fernandes, 2023. 107f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr^a. Suzane Tosta Souza.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2023.

Inclui referência F. ? – ?.

1. Mobilidade do trabalho. 2. Camponeses. 3. Expansão do capital - 4. Produção do Espaço I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 307.78

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia



FOLHA DE APROVAÇÃO

A MOBILIDADE DO TRABALHO DE JOVENS CAMPONESES NO MUNICÍPIO DE CANDIBA/BA E AS DIFICULDADES PARA A PRODUÇÃO DA VIDA

GISLANE BARBOSA FERNANDES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 31 de agosto de 2023.

Banca Examinadora

Prof.ª Dr.ª Suzane Tosta Souza (UESB)
(Orientadora)

Prof.ª Dr.ª Dayse Maria Souza (IFBA)
(Examinadora Externa)

Documento assinado digitalmente



VANESSA DIAS DE OLIVEIRA

Data: 11/10/2023 11:13:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Vanessa Dias de Oliveira (UFS)
(Examinadora Externa)

Vitória da Conquista- BA
31 de agosto de 2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, **Julia e João Jorge**, por todo amor, carinho e dedicação de uma vida inteira. Dois camponeses que se sujeitaram as mais precárias formas de trabalho nas fazendas do agronegócio para garantirem a sobrevivência e o estudo das filhas, mesmo sem terem frequentado a escola.

A **William**, por todo o companherismo, amor e dedicação

À **Sandra e Joseane e Maria eduardo** pela irmandade, carinho e apoio de toda uma vida.

Aos queridos professores, **Suzane e Jânio**, pela orientação, acolhida e compreensão. Vocês foram fundamentais para minha trajetória de luta e de formação.

Às professoras Vanessa e Dayse por toda a contribuição

Aos colegas de turma, por toda a parceria

Aos professores, e equipe **da PPGeo** Por todos os ensinamentos e pela contribuição na minha formação.

Resumo

A mobilidade do trabalho é entendida nesta pesquisa como um dos alicerces do par dialético sujeição/reprodução dos camponeses para com a contradição do modo de produção capitalista, uma vez que o campesinato utiliza-se desse processo como uma estratégia para assegurar a permanência na terra, ao passo em que, também, sujeita sua força de trabalho à produção de valor. Na análise do processo histórico de fragmentação da unidade produtiva camponesa, e a consequente dificuldade para garantir os meios de sustento, percebe-se a constante mobilidade entre os jovens do campo. Desse modo, a saída desses jovens, para além de representar a precarização das condições de vida no espaço agrário, evidencia o processo de avanço do capital no campo. Partindo dessa premissa, objetiva-se compreender como a precarização das condições de vida no campo vem agravando o quadro da mobilidade do trabalho de jovens camponeses no município de Candiba/BA. Na condução da pesquisa, o aparato teórico-metodológico foi, constantemente, confrontado com a realidade concreta, por meio da realização de entrevistas e acompanhamento das ações de camponeses no município de Candiba/BA. Assim, foram analisados os condicionantes sociohistóricos que dificultam a permanência no campo, considerando as especificidades dessa questão entre os jovens, neste contexto socioespacial, e como tal processo vem modificando a produção do espaço agrário mediante um contexto de reestruturação produtiva do capital.

Palavras-Chave: Mobilidade do trabalho, Camponeses, Produção do espaço, reprodução/sujeição camponesa ao capital.

Labor mobility is understood in this research as one of the foundations of the dialectical pair subjection/reproduction of peasants towards the contradiction of the capitalist mode of production, since the peasantry uses this process as a strategy to ensure permanence on the land, while also subjecting its workforce to the production of value. In the analysis of the historical process of fragmentation of the peasant productive unit, and the consequent difficulty in guaranteeing the means of sustenance, one perceives the constant mobility among young people in the countryside. Thus, the departure of these young people, in addition to representing the precariousness of living conditions in the agrarian space, highlights the process of advance of capital in the countryside. Based on this premise, the objective is to understand how the precariousness of living conditions in the countryside has been aggravating the situation of labor mobility of young peasants in the municipality of Candiba/BA. In conducting the research, the theoretical-methodological apparatus was constantly confronted with the concrete reality, by conducting interviews and monitoring the actions of peasants in the municipality of Candiba/BA. Thus, the socio-historical conditions that hinder the permanency in the countryside were analyzed, considering the specificities of this issue among young people, in this socio-spatial context, and how this process has been modifying the production of agrarian space through a context of productive restructuring of capital.

Keywords: Labor mobility, Peasants, Space production, Peasant reproduction/subjection to capital.

Listas de ilustrações

Figura 1 – Pequena plantação de Algodão na comunidade Lagoa da Pedra em Candiba/BA, 2022.

Figura 2 – Monocultura de algodão no município de Luiú, 2022

Figura 3 – Jovens de Candiba/BA fazendo carregamento de algodão no município de Luiú/BA, 2022.

Lista de mapas

MAPA 1 – Trabalhadores em situação análoga à escravidão - Bahia 2012

Mapa 2 – Localização do município de Candiba.

Mapa 3 – Concentração fundiária no estado da Bahia, 2017

Mapa 4 – Mobilidade de jovens camponeses em Candiba/BA, 2022

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 METODOLOGIA	20
2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO: CAPITALISMO E A REPRODUÇÃO SOCIAL DO MODO DE VIDA CAMPONÊS.....	25
2.1 A caravana do capital passa e entorta o arado: a reprodução social do campesinato no Brasil sob a égide capitalista.....	28
2.2 Terra e resistência: Sujeição/negação ao capital, o par dialético da reprodução social camponesa através da mobilidade do trabalho	30
2.3 As determinações do mercado e sua relação com a mobilidade do trabalho no município de Candiba/BA	37
3 O AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO E A MOBILIDADE DO TRABALHO DE JOVENS CAMPONESES.....	53
3.1 Avanço do capital no campo e a lógica da pluriatividade.....	53
3.2 As políticas desenvolvimentistas e a atuação do Estado	60
3.3 Jovens camponeses de Candiba/BA e a precarização das condições de vida via mobilidade do trabalho	67
4 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITALISMO: AS REFORMAS NEOLIBERAIS NO ESPAÇO AGRÁRIO E A SAÍDA DOS JOVENS DO CAMPO EM CANDIBA/BA.....	70
4.1 As reformas neoliberais e os impactos na reprodução camponesa.....	70
4.2 A mobilidade do trabalho de Jovens camponeses em Candiba diante da crise estrutural do capital.....	74
5 REFERÊNCIAS.....	88
6 APÊNDICES	91

1 INTRODUÇÃO

A mobilidade do trabalho, com o avançar das relações capitalistas de produção e sua reprodução sociometabólica, configurou-se como um dos mecanismos para a transformação do trabalho em mercadoria. Desse modo, não trata-se de um simples movimento espacial de trabalhadores a procura de melhores condições de vida, sendo essa uma forma de precarizar e subordinar o trabalho.

O camponês, dentro da reprodução contraditória do capitalismo, insere-se em uma mobilidade diferenciada do trabalhador assalariado, não sendo totalmente liberto dos meios de produção, assalariando-se parcialmente. A demanda do capital, apesar de trazer novos arranjos para a produção camponesa, não a controla integralmente, pois a classe camponesa se reproduz de forma distinta, dentro das contradições do capitalismo.

Os camponeses do município de Candiba-BA são exemplos dessa nova configuração do campesinato, não são sujeitos isolados do mercado e, por vezes, se assalariam durante parte do ano para garantir a sobrevivência. No entanto, não perdem sua condição camponesa, pois a mobilidade é utilizada, justamente, para que a permanência na terra fique garantida. Por outro lado, é nesse momento, que o capital também se apropria dessa força de trabalho (em geral considerada pouco qualificada e precariamente remunerada) para se reproduzir.

Dentro dessa perspectiva, a mobilidade do trabalho camponês será analisada nas singularidades do município de Candiba-BA, enquanto expressão das contradições do avanço capitalista no campo e sua intensificação sobre o trabalho. Através dos resultados de pesquisa, objetiva-se compreender a relação dialética entre a mobilidade do trabalho e a reprodução camponesa; bem como desmistificar a visão idílica do campesinato como uma classe cuja existência está condicionada somente ao passado, não havendo possibilidade de reprodução desses sujeitos na atualidade.

A presente pesquisa tem por base compreender as contradições da mobilidade do trabalho camponês, se reportando a autores como: Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991, 2007), José de Souza Martins (1981), Jean Paul Gaudemar (1977), David Harvey (2011), Teodor Shanin (2005) entre outros. Esta análise no campo da Geografia quer contrariar a idéia de que o campesinato irá desaparecer, desta forma

se mostra relevante para uma compreensão totalizante da reprodução camponesa dentro do modo de produção capitalista.

Parte-se da necessidade de compreensão das atuais configurações do espaço agrário brasileiro, via mobilidade do trabalho de jovens camponeses, que constituem uma importante esfera para o entendimento da reestruturação produtiva no campo. Essa categoria insere na relação campo cidade novas formas de organização, modificando a reprodução social da vida dos sujeitos envolvidos em tal processo.

Tal perspectiva sobre a reprodução da classe trabalhadora e camponesa¹ no espaço possibilita a compreensão das nuances e das configurações do campo brasileiro. Visto que, muitas vezes, a mobilidade do trabalho dos camponeses tem um caráter temporário, ou seja, eles não deixam o seu modo de vida de forma definitiva, vão para as cidades para assegurarem a sobrevivência, quando o trabalho no campo já não mais permite, mas observa-se que frequentemente retornam para a terra de trabalho e origem.

Desse modo, a pesquisa ancora-se na análise das formas contraditórias de reprodução do campesinato em seu espaço de reprodução social no bojo das relações capitalistas, mais especificamente, na continuidade da reprodução do modo de vida de jovens camponeses, que sem alternativas para a permanência no *loco* de reprodução social, recorrem ao assalariamento nas cidades como forma de sobrevivência. Outro ponto de partida é a relação das contrarreformas (trabalhista e previdenciária), no âmbito da crise estrutural que reordena a produção do espaço camponês para, conseqüentemente, intensificar o processo de precarização.

Por conseguinte, esta análise resulta de reflexões teóricas e conceituais sobre as contradições da Mobilidade do trabalho no município de Candiba/BA, tanto em pesquisas de Iniciação científica realizadas entre 2014 e 2017, quanto na pesquisa de monografia em 2018. Assim sendo, o tema proposto surge a partir de novos questionamentos sobre a realidade agrária do município, que no decorrer dos estudos foi apresentando novas particularidades. Ressalta-se que a dissertação difere das pesquisas realizadas outrora, os resultados anteriores, acerca da mobilidade do trabalho camponês, evidenciaram a saída de jovens camponeses da unidade familiar

¹ O campesinato é entendido enquanto classe social que mantém parcialmente o controle sobre o tempo de trabalho, com uma sociabilidade que se difere dos trabalhadores assalariados.

em função de um processo de fragmentação da unidade produtiva e a consequente impossibilidade de manter a sobrevivência através do trabalho no campo

Os resultados levantados por tais pesquisas suscitaram algumas questões que carecem de investigação, uma delas é a intensificação da saída de jovens do campo do município a procura de emprego nas cidades. Nesse sentido, é fundamental analisar os novos ordenamentos das políticas agrárias no Brasil e como essa realidade pode vir a contribuir para o agravamento da mobilidade do trabalho e, conseqüentemente, das desigualdades na produção do espaço no campo.

Partindo do pressuposto de que o trabalho móvel é um dos aspectos fundamentais para a compreensão das desigualdades socioespaciais no campo, a pesquisa mostra-se necessária para entender as particularidades da mobilidade do trabalho do município de Candiba/BA, enquanto expressão das contradições do avanço capitalista no campo e sua intensificação sobre o trabalho. Assim sendo, torna-se imprescindível a realização de alguns questionamentos quanto às configurações contraditórias da mobilidade do trabalho de jovens camponeses no município: Quais os desdobramentos da mobilidade do trabalho na reprodução da classe camponesa de Candiba e na produção do espaço agrário local? Quais os condicionantes históricos que levam a mobilidade do trabalho dos jovens camponeses do município de Candiba/BA e como esse processo fomenta a produção desigual do espaço agrário local? Como a ausência de políticas públicas de incentivo a pequena produção vai intensificar essa mobilidade dos jovens e quais os efeitos dessa para a manutenção dos espaços camponeses? De que maneira a reforma da previdência social e a perda da garantia de direitos podem agravar a mobilidade do trabalho no campo?

Nesse sentido, tornou-se necessário pesquisar a realidade do município de Candiba/BA, partindo do princípio de que os camponeses locais vendem sua força de trabalho durante uma parte do ano, para assim garantir a sobrevivência, mas retornam para sua terra de origem mantendo a distinta forma de mediação com a natureza. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar (OLIVEIRA, 2007).

Posto isso, pretende-se acrescentar ao campo da Geografia Agrária novos debates sobre a mobilidade camponesa e seu desenrolar na produção do espaço no campo, corroborando com a análise de que a mobilidade da força de trabalho camponesa está para além da questão dicotômica entre campo e cidade, é parte do

processo de reordenamento das forças produtivas do capital no campo. Para além disso, espera-se contribuir para com a comunidade camponesa local, através da perspectiva teórica que dimensione as estratégias de resistência e permanência no campo.

Ademais, objetiva-se: Compreender como a precarização das condições de vida no campo vem agravando o quadro da mobilidade do trabalho de jovens camponeses em Candiba/BA, produzindo um espaço agrário cada vez mais desigual; Perceber as singularidades da mobilidade do trabalho camponês no município de Candiba/BA e sua inserção na divisão social e territorial do trabalho, seja pelo trabalho praticado na terra, seja através das relações de assalariamento; Identificar como a atual conjuntura política e econômica pode contribuir para o agravamento da mobilidade do trabalho no campo; entender como os movimentos de contrarreformas estão reordenando os espaços camponeses para a inserção do capital no campo.

A produção do espaço, quando entendida como um produto sócio histórico, adquire a dimensão do heterogêneo, do contraditório, é fruto da mediação entre homem e natureza: o trabalho, que por sua vez, é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 1984). Assim sendo, a produção do espaço não surgiu com o capitalismo, ela é intrínseca a própria existência do homem. Entretanto, é no capitalismo que a produção do espaço ganha uma característica diferenciada e própria, portanto produto das contradições inerentes a esse modo de produção. A produção do espaço se faz por meio do resultado da propriedade do trabalho, do que ele executou e se revela como um momento intimamente ligado ao ser e estar no espaço. É o resultado do trabalho (SILVA, 2001).

O capitalismo concebe ao espaço diferentes formas de reprodução por conta do acirramento das relações de trabalho e da mundialização do capital. Desse modo, o espaço, assim como o trabalho, é transformado em mercadoria, ganhando novas configurações, sendo produzido de forma desigual, onde certas localidades são privilegiadas em detrimento de outras. Para Harvey (2011), uma vez que a escassez de trabalho é sempre localizada, a mobilidade geográfica do capital ou do trabalho (ou ambos) se torna fundamental na regulação da dinâmica dos mercados de trabalho locais.

Para Carlos (2014, p.26), o espaço produzido enquanto mercadoria insere-se no circuito da troca, atraindo capitais que migram de outros setores da economia, de modo a viabilizar a reprodução, associada a uma nova forma de dominação. Aponta-se que, como capital é trabalho, trabalhadores de todo mundo migram de um local para outro e de um setor produtivo para outro a fim de manter sua reprodução social.

A mobilidade do trabalho pode ser caracterizada pela submissão do trabalhador ao capital, pela transformação da força de trabalho em mercadoria. Essa dinâmica ocorre, sobretudo, com a ideia de trabalhadores “livres” que vendem sua força de trabalho, estes submetidos à regra acumulativa do capital, com a transformação da propriedade privada em mercadoria, movida pela busca do lucro (SOUZA, 2011, p. 183).

Assim sendo, observa-se que a mobilidade do trabalho configura-se não como um mero deslocamento da massa de trabalhadores a procura de trabalho, mas sim como parte da estratégia do capital de tornar o próprio trabalho móvel para, assim, transformá-lo em mercadoria. Uma vez que, a mobilidade não parte da vontade do trabalhador, mas do capital, visando atender as demandas de sua condição sociometabólica.

A forma predatória em que os tentáculos do capital avançam sobre o trabalho diante da crise estrutural exacerba as perversidades da mobilidade do trabalho na atualidade. Neste contexto, Mézáros é enfático ao analisar que:

A ampla intervenção em todos os níveis e todas as questões direta ou indiretamente pertinentes à permanência do domínio do capital sobre o trabalho (mais do que nunca necessária por causa do aprofundamento da crise estrutural do sistema) se fazem acompanhar da mais cínica mistificação ideológica da única forma viável de reprodução socioeconômica: a idealizada “sociedade de mercado” e as “oportunidades iguais” que supostamente uma sociedade desse tipo oferece a todos os indivíduos (MÉSZÁROS, 2002, p. 225).

Percebe-se que o discurso hegemônico propaga-se rapidamente em torno do trabalho flexível, que é dotado de liberdade. Liberdade para vender a força de trabalho, liberdade para empreender e mover o trabalho na esfera espacial. Assim, a crise estrutural vai “maquiando” novas formas de precarização sob a lógica da modernidade e da produtividade.

Centrando-se na premissa do deslocamento de trabalhadores, na amálgama da crise estrutural, é salutar analisar que o capital não tem fronteiras, pátria ou quaisquer dificuldades de locomoção; o mesmo não pode ser dito para a classe trabalhadora e camponesa. Os trabalhadores e camponeses movem a força de trabalho na máxima da precarização e da flexibilidade do trabalho.

Para além da dimensão do trabalho assalariado, a mobilidade, no atual contexto de crise estrutural, também irá modificar as configurações do trabalho camponês, tal processo se dá de acordo com as questões intrínsecas ou a inserção do campo na divisão social e territorial do trabalho, no processo de acumulação de capital do campo.

Assim sendo, é preciso ir além da dimensão das definições de agricultor familiar pluriativo e de pequeno empreendedor rural. Tais perspectivas mascaram a forma como o capital se apropria do espaço agrário. Esses avanços sobre o campesinato são feitos a custos de expropriação e precarização das condições de vida, sem jamais perder a forma de apropriação indireta da renda da terra camponesa.

A reprodução do campesinato é alvo de polêmicas no meio acadêmico. Questões como: autonomia e subordinação, capitalização da renda da terra, propriedade privada e relação com mercado, estão sempre em voga quando se discute o campesinato em um contexto do modo de produção capitalista. Tais discussões são permeadas por diversas discordâncias teóricas e metodológicas, principalmente no que se refere à reprodução histórica da classe. Assim sendo, é compreendido aqui através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto interna quanto externa, isto é, suas especificidades, reações e interações com o contexto social mais amplo (SHANIN, 2005).

A heterogeneidade dos camponeses é indubitável. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral; e o mesmo é válido para o contexto histórico (na realidade, apenas analiticamente é possível dividir “o diacrônico” e “o sincrônico” nos fenômenos sociais). Enfim, o termo “camponês” pode ser usado, e tem sido usado como mistificação. (SHANIN, 2005, p. 03).

O processo de avanço do capital no campo acontece, sobretudo, via expansão do agronegócio e sujeição da renda da terra camponesa, onde a renda da terra é capitalizada. Por conseguinte, a família camponesa pode vir a ficar impossibilitada de

manter a sua reprodução apenas com o trabalho na terra, acarretando na procura de outras formas de sobrevivência.

A visão idílica envolta da produção camponesa demonstra que, para muitos, o camponês deve viver em uma redoma sem qualquer contato com a produção capitalista, mas o fato é que o campesinato se reproduz dentro das contradições do capitalismo. O camponês da atualidade não pode ser analisado da mesma maneira que o do feudalismo ou do escravismo, as condições sócio históricas de cada época são cruciais para a compreensão do processo de reprodução da classe.

Já a mobilidade do trabalho camponês se relaciona diretamente com o processo de expropriação, mas não apenas isso. Desse modo, tem-se uma das questões centrais sobre o avanço do capital no campo e suas contradições: a apropriação direta e indireta sobre a renda da terra (subordinação da produção, regulação através da hegemonia do agronegócio, fragmentação da unidade produtiva, entre outras coisas) que, por sua vez, agrava os processos de precarização. Ao perderem a terra de trabalho ou por não conseguirem manter a sobrevivência somente pelo trabalho na terra, esses sujeitos migram, na maioria das vezes, para centros urbanos ou para o trabalho no agronegócio. Em ambos os casos, o modo de vida é precarizado por motivos parecidos: Informalidade, trabalho e moradia precários, entre outros. Os camponeses que são obrigados a migrar, se precarizam nas cidades, deixando para trás toda uma vida, assim, a mobilidade do trabalho, acaba desagregando valores tão importantes para os mesmos (SOUZA, 2008). Portanto, eles se tornam “libertos” do controle de seu tempo de trabalho, do seu chão, da sua terra.

Em se tratando de jovens camponeses, a dimensão móvel do trabalho pode vir a apresentar especificidades ainda maiores, pois o processo de fragmentação da unidade de produção camponesa dificulta a manutenção da autonomia produtiva. Assim sendo, a família camponesa, muitas vezes numerosa, não consegue garantir a reprodução do modo de vida de todos os seus membros na terra de trabalho. Ao analisar o processo de mobilidade do trabalho de camponeses em comunidades do Centro Sul Baiano, Souza aponta que:

Embora os que permanecem na localidade ainda consigam manter um pequeno pedaço de terra, esta começa a se tornar insuficiente ao sustento de todos, por isso os mais jovens são, anualmente, obrigados a migrarem, temporariamente, a fim de vender a sua força de trabalho

como forma única e fundamental de complementar a renda da família. (SOUZA, 2008, p.608).

Nesse sentido, pode-se observar que a migração de jovens camponeses não parte da vontade do sujeito em si. As dificuldades de permanência na terra tornam o trabalho assalariado, mesmo que precarizado, a única forma de sobrevivência². O discurso da modernização do campo, ao tempo que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a expulsão dos jovens camponeses da unidade de produção familiar (CONCEIÇÃO, 2007).

A saída dos jovens do campo dentro dos contornos da relação indissociável entre campo e cidade, toma a dimensão do trabalho acessório. Segundo Santos apud Oliveira (2007), o trabalho acessório é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho. Essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar para a manutenção da unidade camponesa.

Sem registro formal os jovens sujeitam-se a baixos salários e estão disponíveis aos interesses do lucro. Tornam-se inclusos para serem excluídos do mundo do trabalho. A perda dos direitos trabalhistas e o crescente desemprego favorecem a desrealização do ser na condição de sujeitos assujeitados ao capital, aceitando qualquer tipo de contrato precarizado, parcial e temporário, submetendo-se à racionalidade do capital e à lógica do mercado. Na situação de itinerantes tornam-se andarilhos, indo onde tem trabalho e retornando para o campo quando acaba. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 95).

Diante disso, é salutar enfatizar o caráter do trabalho familiar no campo, pois a terra de trabalho, muitas vezes, é a mesma para avós, filhos e netos, ou seja, várias gerações da família que reproduzem seu modo de vida na mesma unidade produtiva. De acordo com o INCRA (2006), o agricultor familiar deve possuir no máximo quatro módulos fiscais. Nesse sentido, a dimensão da propriedade pode não ser suficiente para a manutenção de todos os familiares na gleba. Importante ressaltar a produção

² Não se quer negar, com isso, que esses também sofrem influências através da mídia e outros meios de comunicação que apontam a cidade como local de desenvolvimento e oportunidades, sobretudo de trabalho. Isso também penetra na subjetividade dos jovens camponeses, mas é, sem dúvida, a condição objetiva imposta pelas dificuldades na reprodução da vida que podemos considerar o determinante para esse se pôr na condição da mobilidade de sua própria força de trabalho em direção ao assalariamento ou qualquer forma de remuneração, seja a atividade realizada no campo ou na cidade.

camponesa realizada em minifúndios e grande quantidade de trabalhadores sem terra.

Por mais que certos espaços sejam foco de uma gama de capitais, isso não significa que a riqueza que está sendo produzida nessa localidade será dividida entre todos os sujeitos, muito pelo contrário, tal riqueza está sendo gerada, justamente, à custa da exploração do trabalho. Segundo Lefebvre (2000), espaço do trabalho resulta, portanto: de gestos (repetitivos) e atos (seriais) do labor produtivo, mas também e cada vez mais da divisão (técnica e social) do trabalho e, por conseguinte, dos mercados (locais, nacionais, mundial) e, enfim, das relações de propriedade (a posse e a gestão dos meios de produção).

Os capitalistas edificam ativamente novas geografias e barreiras geográficas, sob a forma de ambientes construídos que contem grandes quantidades de capital fixo e imutável que deve ser utilizado por completo para que seu valor não seja perdido. Também criam divisões regionais do trabalho que reúnem ao seu redor todos os tipos de funções de apoio que, então, restringem a mobilidade geográfica do capital e da mão de obra. Arranjos administrativos territorializados e aparelhos de Estado fixam as fronteiras e os limites de tal modo que muitas vezes limitam o movimento. A tudo isso se juntam as múltiplas formas pelas quais as pessoas criam seus próprios espaços de vida distintos, reflexos de seus pontos de vista distintos sobre a relação adequada com a natureza, as formas adequadas de sociabilidade e suas concepções mentais sobre o que constitui uma vida cotidiana plena, materialmente gratificante e significativa (HARVEY, p.173, 2011).

Algo a ser discutido quando se trata da Mobilidade do trabalho e da produção do espaço, é a dispersão geográfica dos trabalhadores. Para além das considerações do trabalho enquanto mercadoria e, portanto, móvel, vê-se a necessidade de pensar a mobilidade como estratégia para desarticular a luta de classes. Para Harvey (2010), sua mobilidade, dispersão espacial e condições de trabalho individualizadas podem tornar mais difícil a construção de solidariedades de classe ou a criação de formas coletivas de organização.

A mobilização das massas de trabalhadores nas esferas espacial e setorial parte, portanto, da própria necessidade do capital em fragilizar a luta de classes. Para trabalhadores dispersos nos mais variados locais do globo, a união e o sentimento de classe dificilmente serão partilhados. Trabalhadores unidos e articulados sempre foram um gigantesco problema para o capital. Ou seja, concentrar uma massa de trabalhadores no mesmo local pode ser perigoso para o processo de acumulação.

Por outro lado, considerando os sujeitos desta pesquisa, observa-se a particularidade nas suas formas de reprodução, o que não se configura no trabalhador totalmente desprovido da terra e dos meios de trabalho, mas que, nem por isso, escapam à exploração do capital (dentro e fora do campo) e à mobilidade de sua força de trabalho, em busca do trabalho remunerado como condição de sobrevivência. Nesse momento, dispõe suas mentes e corpos para a produção do capital.

Interessante observar que, enquanto camponeses, ou seja no momento em que se realizam por meio do trabalho na terra, em geral também é dependente do capital, seja via empréstimos bancários ou pela utilização do produtos químicos, além de demais instrumentos de trabalho. Também, após produzir, quando consegue um pequeno excedente, têm dificuldades de fazer com que essa chegue ao mercado consumidor. Por isso, em geral, ficam nas mãos dos atravessadores – que abocanham parte da parca renda, oriunda de seu trabalho. A medida em que é obrigado a recorrer aos empréstimos bancários, em geral, são essas instituições quem definem o quê plantar. Ao final, a relativa “autonomia” no campo já encontra-se comprometida. Sua renda acaba sendo drenada para esses agentes do capital (seja financeiro ou produtivo), além dos atravessadores – que se apropriam, muitas vezes, do que resta.

Outra questão fundamental é a intensa fragmentação da terra camponesa entre os filhos, o que também passa a representar maiores dificuldades na garantia da reprodução da vida; bem como os efeitos nefastos da política voltada ao agronegócio – com a falta de incentivo e investimentos que efetivamente fortaleça a pequena agricultura. Nessa conjuntura, a mobilidade do trabalho acaba sendo a única “opção” para que parcelas significativas desses camponeses possam garantir a sobrevivência – ainda que de forma muito precária.

1.1 METODOLOGIA

Entender o campesinato enquanto classe *sui generis*, leva-nos a discutir os princípios da relação com o mercado e a ‘autonomia’ do mesmo frente ao capital. Ora, se o camponês é recriado pelas contradições capitalistas e se relaciona com mercado, como pode manter uma produção autônoma?

A autonomia do campesinato diante do capital não está totalmente relacionada à subsistência como no feudalismo, neste principio pode-se encontrar os primeiros

equivocos de análise do campesinato: acreditar que a autonomia do camponês no capitalismo deveria acontecer de igual maneira ao feudalismo.

Para exemplificar, em parte, como se dá a autonomia do campesinato, cabe elucidar que esses sujeitos não privilegiam as culturas que transformaram o Brasil em um gigantesco complexo agroexportador (soja, algodão, milho, café, entre outros), existe sempre a preferência por cultivos que possuem um grande valor de uso e para além disso, mesmo em suas pequenas propriedades, há diversificação da produção para garantir-lhes uma maior segurança alimentar

Quanto aos trabalhadores que se mantêm na terra de trabalho, considera-se que esses não estão isentos das contradições impostas pela sociedade capitalista, que se expressa tanto na tentativa de determinar a produção e se apropriar da renda camponesa, quanto à proletarianização, ainda que parcial desses sujeitos, momento em que esses também dispõem sua força de trabalho para produzir mercadorias. É através da mobilidade do trabalho que se pode explicar esses processos e a produção dos espaços do campo, das cidades, no ir e vir da classe trabalhadora. (SOUZA, et al 2017, p. 89).

No entendimento teórico do processo de reprodução da classe camponesa em Candiba é plausível destacar que os camponeses não existem em um sentido único – aquele sujeito isolado de toda a amplitude do capitalismo – eles são parte da reprodução ampliada do capital. Mas, os desdobramentos de tal processo na classe camponesa são diferenciados. Andrade apud Oliveira (1982) salienta que, o sitiante nordestino no período de estio, migra para a área açucareira para trabalhar nas usinas de moagem, deixando a guarda e a administração da gleba para a mulher.

Os camponeses do município de Candiba/BA, logicamente, são parte do processo de reprodução ampliada do capital, que mesmo não os expropriando totalmente, impõe novas formas de organização, tornando a sobrevivência somente através do trabalho familiar na agricultura praticamente impossível. A mobilidade temporária do trabalho para camponeses não expropriados pode apresentar-se, então, como a única garantia para a manutenção do modo de vida.

Desse modo, a pesquisa alicerça-se na reprodução contraditória dos camponeses no município de Candiba/BA por meio da mobilidade do trabalho. Nesse sentido, a saída dos jovens do campo será analisada a partir dos aspectos desiguais e contraditórios inerentes a essa categoria.

Partindo desse pressuposto, tem-se por base compreender as contradições inerentes à mobilidade do trabalho, fundamentado por Jean Paul de Gaudemar (1977), bem como na análise da expansão do capitalismo e a produção desigual do espaço de David Harvey (2005, 2011), na reprodução contraditória do campesinato de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) e de Theodor Shanin (2005) e nas particularidades da mobilidade para jovens camponeses de Conceição (2007). Tais conceitos nortearão a compreensão do espaço agrário brasileiro, especificamente, através de uma leitura do município de Candiba/BA. A pesquisa bibliográfica consistiu na leitura de conteúdos pertinentes ao tema, para tanto foram consultados: livros, artigos, teses e dissertações que forneceram o arcabouço teórico necessário para a discussão e compressão do tema.

Tendo como recorte empírico e analítico o município de Candiba/BA, que em decorrência do constante processo de avanço capitalista, apresentou durante os estudos de iniciação científica, um processo significativo de saída de jovens das unidades produtivas familiares, a pesquisa de campo se constituiu no ponto fundamental para a compreensão das especificidades da mobilidade do trabalho e a reprodução camponesa no município. Mesmo entendendo que se trata de uma realidade concreta, composta de particularidades, os processos que permitem explicar o campo e a reprodução camponesa em Candiba/BA não escapam a totalidade histórica do desenvolvimento do capital no campo e suas contradições. Assim, buscou-se, dialeticamente, ao longo de todo o texto, entender esse movimento a partir da relação capital *versus* trabalho e as determinações que levam, além da sujeição da renda da terra, a exploração do trabalho camponês fora da terra de trabalho, realidade que não se restringe ou se limita ao referido município da pesquisa, mas que faz parte da própria lógica contraditória de desenvolvimento do capital no campo. Desse modo, foram realizadas entrevistas estruturadas com as famílias camponesas e não apenas em um modo individual, vide que toda a organização da produção é feita em caráter familiar. A gleba abriga várias gerações e é passada de pais para filhos, mesmo se tratando de um pequeno pedaço de terra. Os dados obtidos foram organizados e, em parte, deram origem a gráficos, tabelas e mapas que contribuíram para a análise e o entendimento da produção desigual do espaço via processo de mobilidade do trabalho no campo. Por se tratar de uma pesquisa de caráter predominantemente qualitativo e crítico, as informações obtidas por meio das entrevistas, em seu

confronto/complementariedade com a teoria – e a relação com outros estudos sobre o campesinato brasileiro, serviram de base para a produção de um novo conhecimento no campo da Geografia Agrária, e, ao mesmo tempo, apontou para as especificidades desse processo no município em estudo.

Para um melhor detalhamento das ações dos jovens camponeses, foi acrescido à pesquisa de campo o acompanhamento documental e fotográfico. Os primeiros foram coletados tanto em arquivos pessoais dos camponeses quanto junto a órgãos públicos e de pesquisa. Já o acervo fotográfico foi, predominantemente, garantido pela pesquisadora durante a pesquisa empírica nas comunidades. Compuseram, ainda, o arcabouço da pesquisa, os bancos de dados dos Censos Agropecuários do IBGE, os dados do Censo Demográfico municipal, e outros dados sociais e econômicos coletados em órgãos oficiais de pesquisa. Através da análise desses foi possível se evidenciar a diminuição da população do campo, e a concentração fundiária no município (mediante dados oficiais sobre o Índice de Gini). Esses, foram indicativos importantes para se compreender a mobilidade da força de trabalho camponesa, sobretudo dos jovens. Além disso, foi realizado um levantamento de dados sobre os programas e políticas públicas voltadas para o campo; além da leitura e análise das reformas que implicam em mudanças na reprodução dos camponeses, em destaque para a atual Reforma da Previdência, aprovada em 2019, durante o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, a fim de compreender os efeitos dessas na reprodução da vida camponesa e uma possível intensificação da mobilidade do trabalho.

Ainda assim, Marques (2008) destaca que o destino dessa classe social se define ao longo de sua própria história, partindo das posições que ela ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária e das escolhas e estratégias que adota. O capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver, também, a criação de novos capitalistas (OLIVEIRA, 1991).

Assim sendo, a compreensão do campesinato deve perpassar pela análise do avanço das relações capitalistas de produção. A classe camponesa se recria dentro das contradições capitalistas, principalmente via luta e resistência pela/na terra. De fato, o capital investe pesado e promove um processo de mudança substancial na vida

das pessoas, e do campesinato mais especificamente, transformando-o em massa consumidora e, muitas vezes, em força de trabalho para o capital, o que não significa que os destrói completamente (SOUZA, 2008).

As investidas do capital no modo de vida camponês se fazem mediante a constante precarização do trabalho e apropriação da renda da terra, mas, obviamente, algumas relações não capitalistas são mantidas, visto que o capital não precisa investir diretamente no camponês para capitalizar a renda da terra. Assim sendo, a manutenção de relações camponesas, contraditoriamente, poupa gastos ao capital.

O processo de avanço do capital no campo acontece para além das investidas do agronegócio, a “conversão” desse em agricultor familiar também é um das principais estratégias do capital para capitalizar a renda da terra. Basta ver que o campesinato é costumeiramente “metralhado” pelo discurso dos bancos e do próprio Estado cujo objetivo é fazer com que esse sujeito negue seu modo de vida. O Estado age de modo a viabilizar tal discurso, para garantir a reprodução do capital. O principal objetivo, para tanto, é destruir seu entendimento e, principalmente, sua ação enquanto classe social, mantendo e apropriando-se de sua capacidade produtiva, tanto quanto produtor direto no campo, quanto mediante a venda de sua força de trabalho no mercado quando isso se torna inadiável.

O uso do termo Camponês não é comum entre os próprios camponeses, haja vista que é uma conceituação muito utilizada no meio acadêmico, relativamente recente e vista, em muitos casos, com uma conotação pejorativa. Contudo, a não utilização ou desconhecimento do termo, não anula a existências desses sujeitos, uma nomenclatura não é capaz de apagar uma história de lutas. Assim sendo, mesmo não conhecendo e terminologia campesinato, tais sujeitos vivem lutando e resistindo pela e na terra.

Tendo em vista a reprodução camponesa diante do modo capitalista de produção, variados termos são utilizados para caracterizar tal reprodução: recriação, redefinição, novas configurações e, obviamente extinção. Muitas tentativas de negação ao campesinato partem do princípio de que a relação com o mercado tira o camponês de sua condição, como se existisse um “manual” para caracterizá-lo, tendo na produção, apenas para a sobrevivência, seu caráter primordial.

Para Martins (1981), em nível de Brasil, os discursos de extinção do campesinato têm por base ocultar a força da classe e a luta pela terra, tendo em vista

que as lutas camponesas impuseram grandes derrotas às forças militares brasileiras, tendo como grandes exemplos, Canudos, Contestado e o Cangaço.

Da mesma forma no Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destroçados. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo (FERNANDES, 2000, p. 3).

Assim sendo, a compreensão do campesinato está para além de determinações ou conceituações teóricas, é uma concepção teórica que busca entender a reprodução histórica desses sujeitos através de sua resistência pela e na terra.

O ponto de partida aqui são as contradições da reprodução social do campesinato dentro da hegemonia capitalista e como essa classe social recria-se dentro de um par dialético de sujeição/negação diante das formas de mediação com a natureza. A mobilidade do trabalho é analisada como uma categoria central para a compreensão dessa reprodução social contraditória dos camponeses.

A saída de jovens do campo em função da barbárie societal estabelecida pelos avanços capitalistas será analisada em um segundo momento, tendo como premissa que esses sujeitos não são pluriativos ou empreendedores rurais, mas sim precarizados na condição de trabalho supérfluo.

Por fim, busca-se entender como a reestruturação produtiva no campo que vem acelerando as formas de assalariamento e trabalho precário entre jovens camponeses e como tal processo intensifica a fragmentação da unidade produtiva do campesinato; assim como dificulta sua organização política e a luta por melhorias sociais, por exemplo.

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO: CAPITALISMO E A REPRODUÇÃO SOCIAL DO MODO DE VIDA CAMPONÊS.

2.1 A caravana do capital passa e entorta o arado: a reprodução social do campesinato no Brasil sob a égide capitalista.

Em “Torto Arado”, o geógrafo Itamar Vieira Junior, traz a narrativa das irmãs Bibiana e Belonísia. Elas se aproximam após um acidente que mutila a língua de uma delas. Isso será determinante para a estória delas, uma se torna a voz da outra e um laço de luta e irmandade é criado.

O acidente é ponto de partida para a narrativa. A avó das meninas chamada Donana está sempre pronta com sua mala pronta para deixar a fazenda Água Negra e voltar à sua terra de origem. Envoltas em curiosidade, as irmãs tentam descobrir o que a avó carrega. Nessa mala elas irão encontrar uma faca enrolada em um pano ensanguentado, ao brincar com o objeto acabam se mutilando.

Elas crescem em uma conjuntura de precarização da vida do trabalhador do campo, descendentes de escravizados, elas vivem numa fazenda no Sertão da Bahia.

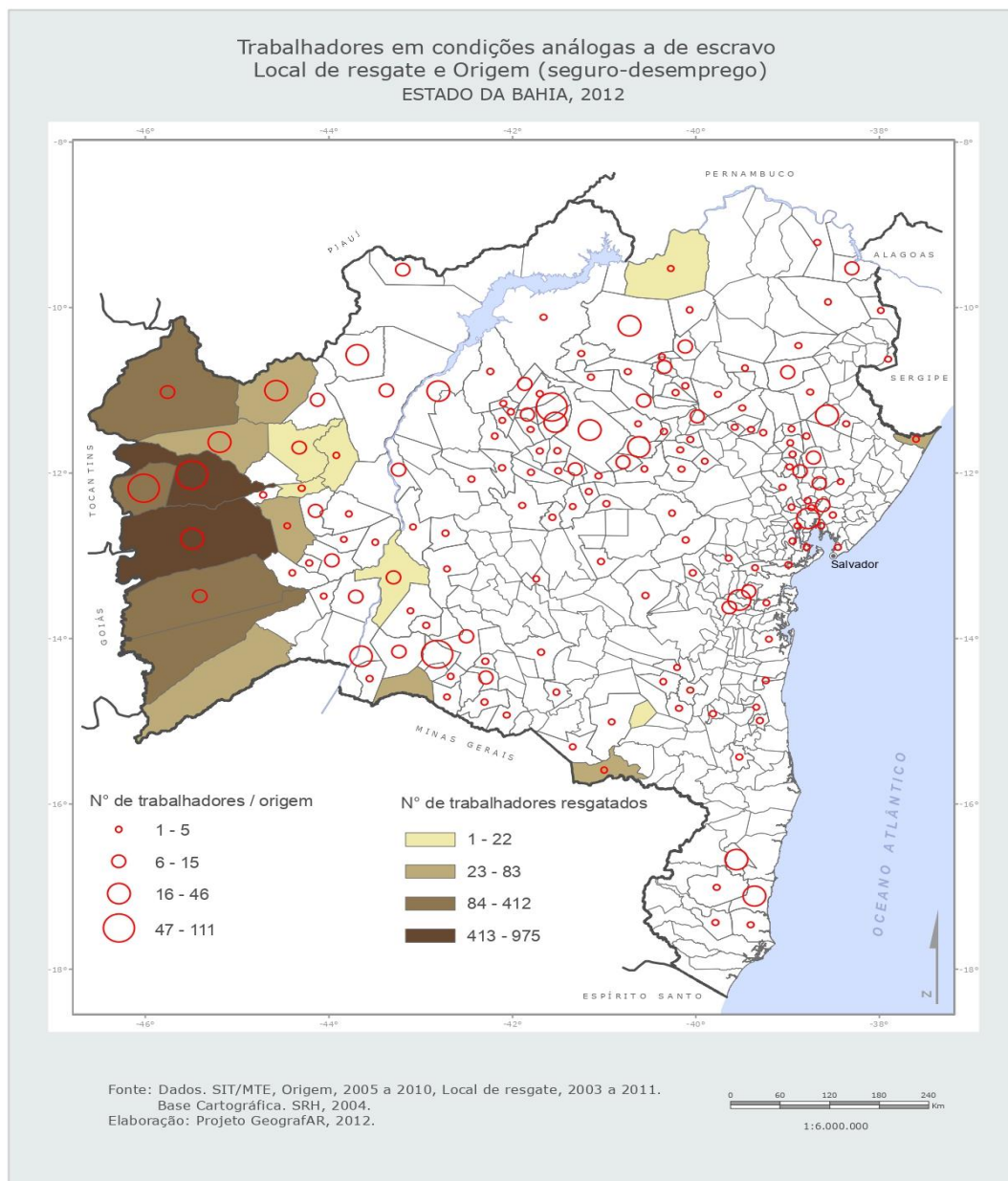
A história de Bibiana e Belonísia evidencia através da literatura a barbárie histórica na reprodução do espaço agrário Brasileiro. Dentro da divisão territorial do trabalho, passado, presente e futuro estão à mercê do jogo monopolista do capital no campo. Desde o início do período de ocupação no século XVI, o Brasil insere-se em uma lógica de produção agrícola voltada para atender os interesses do mercado externo. Do Pau Brasil à soja transgênica, a reprodução social dos camponeses se faz mediante a um intenso processo de precarização, resistência e luta.

[...] estes números mostram de forma inequívoca que fazer das exportações de alimentos o "carro chefe" da economia brasileira é hipotecar o futuro do país às heranças coloniais, teimosamente presentes no cenário político nacional. É por isso, que o agronegócio é a reprodução do passado histórico do país. E, ele trouxe apenas o aumento da desigualdade social à sociedade brasileira. (OLIVEIRA, 2010 p. 110).

Bibiana e Belonísia são descendentes de povos escravizados no interior do estado da Bahia. Dentro do discurso dos entusiastas do agronegócio, o trabalho escravo é sempre colocado como algo que remete a um passado esquecido, no entanto, a jornada ficcional das duas irmãs representa uma das muitas faces da

atualidade da agricultura no Brasil, tal realidade perpassa até mesmo pelo uso do eufemismo “trabalho análogo à escravidão”. Em Candiba/BA verificou-se, na pesquisa de campo, a existência de dois jovens que começaram a trabalhar na colheita de algodão antes dos 18 anos. Tudo é válido para mostrar que o agro é realmente pop, e que as desigualdades sociais do campo serão vencidas através do extenso processo de monopolização (mapa 1).

Mapa 1



Fonte: Projeto de Pesquisa GeografAR/UFBA

De acordo a tal visão de mundo, os camponeses estão no passado, assim como o trabalho escravo. Dada a realidade da reprodução social no campo Brasileiro, não há dúvidas que ambas as afirmativas estão erradas. Segundo o ministério público do trabalho, em 2019, 1054 pessoas foram resgatadas de uma situação de escravidão, 87% dos casos aconteceram no meio rural, sobretudo na fabricação de carvão vegetal e nas colheitas de café.

A barbárie existente no campo brasileiro e baiano pode ser assim, compreendida, como expressão concreta das contradições capital *versus* trabalho e se consolida nas diversas formas de apropriação da renda da terra e extração do lucro, quanto na tentativa de expulsão dos camponeses de suas terras e na precarização das condições de trabalho no campo, cuja expressão mais evidente é o trabalho escravo. (SOUZA e SANTOS; 2018 p.02).

A produção do espaço agrário brasileiro serve, em primeiro lugar, para atender às demandas do mercado de *commodities*. Isso significa dizer que todo o “pacote” que acompanha tal processo avança de modo irrestrito na agricultura. Nesse sentido, camponeses passam pela constante precarização das condições de vida, e a pequena produção familiar é relegada aos mandos e desmandos do agronegócio. Bibiana e Belonísia veem boa parte da produção de batatas de hortaliças da família ser levada pelos donos da fazenda Água Negra. Os Fazendeiros vendem a produção de cana e apropriam da produção de alimentos de todos os trabalhadores locais. Para Souza e Conceição (2019), a produção brasileira crescente do agronegócio brasileiro é drenada para o grande capital, mercadorias a serem valorizadas via capital financeiro. Nesse processo, ressalta-se o fortalecimento de uma classe proprietária rural.

Com 1.054 pessoas encontradas em situação de trabalho escravo em 2019 (e 968 delas efetivamente resgatadas), os números do ano de 2019 se situam praticamente na média dos últimos 5 anos e demonstram a resiliência do problema, em contexto de restrição crescente dos recursos financeiros e humanos dedicados no Brasil à fiscalização deste crime. Em 2018 e 2019 a fiscalização do trabalho dispôs de magros R\$ 71 e 70 milhões, respectivamente. Para 2020, a previsão orçamentária deve piorar este quadro: míseros R\$ 36 milhões. Conforme informado pelo SINAIT, falta preencher 1.484 dos 3.644 cargos de fiscais criados por lei: um déficit de 40%. (CPT, 2021; p. 5).

Os trabalhadores da fazenda Água Negra em Torto Arado trabalhavam por comida, as condições sociais de reprodução da via dar-se-ia em absoluta insalubridade. O avanço do latifúndio, em seu contínuo processo de apropriação do espaço agrário, torna o campo brasileiro cada vez mais excludente, expropriando e precarizando as formas de trabalho da classe camponesa.

A concentração das terras, nas mãos das classes proprietárias, permite formas concretas de apropriação da renda da terra, de todo o trabalho e riqueza social nessa produzida, de forma individual. Por isso, reforça o caráter rentista da terra e referenda o latifúndio (SOUZA e SANTOS; 2018, p. 16).

A concentração de terras impossibilita a reversão das desigualdades sociais no espaço agrário. Posto isso, necessita-se enfatizar que o avanço contínuo do agronegócio não gera melhorias nas condições de vida das populações pobres do campo, haja vista que esse processo acontece mediante uma extensa concentração de terras, trabalho escravo, e precarização da vida camponesa.

Portanto, o agronegócio vivendo sua fase midiática, procura apenas manter-se como beneficiário dos recursos do fundo público. Ou seja, reiterando, o agronegócio continua sendo a reprodução do passado. Um passado, que vem desde o período colonial, e que não trouxe benefício algum às regiões onde se desenvolveu. Basta para se comprovar esta afirmação ver a realidade da região da Zona da Mata nordestina, onde está o agronegócio da cana-de-açúcar, e os altos índices de pobreza ainda existentes. (OLIVEIRA, 2016. p. 115).

As diferentes formas de dominação do espaço através do latifúndio têm na expropriação uma de suas expressões mais latentes. O chão de reprodução da vida vai sendo dominado e invadido pela violência desse processo. O pai de Bibiana e Belonísia nasceu na fazenda Caxangá, que foi retalhada com o passar do tempo por “homens armados” que expulsavam os moradores que residiam ali há tempos. Atenta-se ao fato de que tais homens chegavam munidos de papéis que diziam que eles haviam comprado pedaços da fazenda. Nota-se aqui como a expropriação de camponeses caminha de mãos dadas com a grilagem. Quando estamos diante da grilagem de terras, esse processo revela seu verdadeiro caráter: o caminho "gratuito" do acesso à renda, do acesso ao direito antecipado de obter o pagamento da renda, sem mesmo ter sequer pago para poder auferi-la (OLIVEIRA, 2007).

A Lei de terras de 1850 foi um dos passos fundantes para que o latifúndio tivesse livre atuação para o avanço do capital no campo e impossibilitou que

populações mais pobres tivessem acesso à terra. A grilagem de terras no Brasil, enquanto estratégia de expansão dos interesses de uma classe se consolida, assim, na impossibilidade de muitas famílias camponesas se apropriarem dessas terras (SOUZA e SANTOS, 2018).

Nesse sentido, a grilagem do Brasil não é feita sob a luz da ilegalidade, como parece ser. É um processo institucionalizado pelo Estado, logo, a expulsão de povos minorizados do campo é, e sempre foi, corroborada pelas ações estatais. A exemplo disso, tem-se a Lei n. 13.465 de 2017 que Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. O inciso 1 do artigo 6, legaliza a grilagem em propriedades inferiores a 2.500 hectares. “A boiada da grilagem” passou pela Câmara e pelo Senado Federal, durante o Governo Bolsonaro (2019-2022), sem grandes problemas e sepultou às políticas agrárias que ainda estavam vigentes. O que era crime, agora é lei. O Estado regulamentou uma prática histórica e perversa no campo brasileiro que sempre objetivou expulsar seus povos tradicionais.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 2006, p. 135).

As condições precárias as quais os trabalhadores do campo são submetidas em “Torto arado” estão para além de uma trajetória ficcional, tem a “arte imitando a vida”. Os camponeses são submetidos à trabalho escravo, expropriação, grilagem. E passam a desenvolver as suas próprias estratégias de combate e resistência ao final da estória. A vida no campo é permeada por luta cotidiana, seja para garantir a permanência na terra de trabalho, seja no confronto direto com o agronegócio.

2.2 Terra e resistência: Sujeição/negação ao capital, o par dialético da reprodução social camponesa através da mobilidade do trabalho.

O capital, em seu processo de monopolização do campo, engendra sua lógica de produtividade e de financeirização na produção camponesa. Entretanto, tal perspectiva não parte apenas do viés de uma congruência, as contradições da permanência da produção camponesa dentro do modo capitalista, não podem ser ignoradas.

A compreensão da classe camponesa, principalmente na reprodução capitalista, desdobra-se sobre a análise e entendimento das contradições. Campesinato é, sobretudo, um termo político, a classe tem em sua resistência e vínculo com a terra sua principal especificidade. Vale salientar que as formas de resistência são variadas entre os camponeses, e nem sempre, estão associadas ao embate direto com o agronegócio, como será visto mais adiante.

A reprodução social no espaço agrário dos camponeses é um processo que desdobra-se, sobretudo, na capacidade de adaptação e resistência desta classe. Ao longo do tempo, camponeses enfrentam sucessivas lutas contra senhores feudais, coronéis, fazendeiros entre outras elites fundiárias com compõem o processo histórico de formação do campo. Esse processo de adaptação é incontestavelmente mantido através da resistência que vai englobar diferentes formas de luta no decorrer do tempo.

A heterogeneidade dos camponeses é indubitável. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura societária mais geral; e o mesmo é válido para o contexto histórico (na realidade, apenas analiticamente é possível dividir “o diacrônico” e “o sincrônico” nos fenômenos sociais). Enfim, o termo “camponês” pode ser usado, e tem sido usado como mistificação. (SHANIN; 2005, p. 3).

Historicamente, os camponeses estabeleceram formas de organização e de luta contra as expropriações e o não acesso a terra. Esses sujeitos sempre enfrentaram o latifúndio e se opuseram ao Estado, representante da classe dominante. Assim, a resistência camponesa manifesta-se em diversas ações que sustentam formas distintas e se modificam em seu movimento (FERNANDES, 2000).

Nas contradições do capitalismo, e suas investidas frente os trabalhadores assalariados e camponeses, que se gestam novas experiências de resistências e a lógica da “autonomia” camponesa se coloca como uma das grandes possibilidades de

enfrentamento, e de negação, a lógica do capital (SOUZA, 2008). O camponês é a concretude de que é possível estabelecer uma forma de mediação diferente com a natureza, ele conhece integralmente o seu ciclo produtivo e dentro dessas especificidades ele vai procurando formas para assegurar seu modo de vida, e no caso de camponeses expropriados, veem-se uma intensa luta para retornarem à terra de trabalho.

Nesse sentido, o trabalho vital – aquele que produzia um excedente com o intuito de manter a sobrevivência de quem trabalhava, passa a ser alterado no campo e, principalmente, na cidade. O trabalhador já não é mais proprietário do seu trabalho e do produto que produz, e sim o capital. A resistência camponesa, contra as tramas do capital, tem possibilitado que ele tenha controle do trabalho, pois seu modo de vida centrado na economia familiar permite que ele encontre alternativas para sair de crises e não se sujeitar ao assalariamento (SOUZA e CONCEIÇÃO; 2010, p. 74).

Todo o processo de apoderamento do capital sobre o trabalho tem as distinções estruturais na organização do trabalho no campo. Mesmo expropriado, o camponês luta pelo retorno a terra e até mesmo se assalaria temporariamente para manter o ciclo produtivo no campo. As contradições são, assim, bem evidenciadas e a alienação sempre em curso encontra no campesinato a resistência.

O vínculo do camponês com a terra, para além de uma relação afetiva com a mesma, é, sobretudo, o *loco* de trabalho e reprodução da vida, não é um negócio, mas a base do trabalho familiar. O camponês é um trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. Sabe onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, quantas horas deverão ser dedicadas à determinada tarefa (MOURA 1988).

Em meio as contradições do modo de produção, a mobilidade do trabalho se engendra na classe camponesa, mas diferenciando-se do seu processo de reprodução no trabalho assalariado. Haja vista que os camponeses não estão, em grande medida, separados de seus meios de trabalho.

O processo de avanço do capital no campo, via expansão do agronegócio, visa expropriar e alienar o trabalho camponês por meio do assalariamento. Portanto, o aumento do domínio dos latifúndios, em seu contínuo processo de valorização do espaço, torna o campo brasileiro cada vez mais excludente, expropriando e precarizando as formas de trabalho. Tal violência é corroborada e financiada pelo

Estado, o grande agente de perpetuação dos interesses burgueses. Desse modo, os camponeses que vivem em constante conflito, direta ou indiretamente, e não encontram nenhuma forma de apoio no dito “Estado mediador”, devem assegurar sua permanência na união da própria classe, para tal, buscam as mais variadas formas de [R]existir na terra, sob a mediação do Estado capitalista.

Os camponeses que se submetem ao assalariamento, trabalhando parte do ano nas colheitas de café, cana, laranja, entre outras, ao fim da colheita, retornam para a sua terra de trabalho evidenciam os rebatimentos causados pela precarização que anda em conjunto com o crescimento do agronegócio. Ressaltando que o processo de resistência no campo é acrescido na luta pelo retorno.

Trabalhadores do campo movem sua força de trabalho, em regra, porque não há como garantir a sobrevivência apenas com o produto de sua terra trabalho. Expropriação, grilagem, fragmentação da unidade produtiva, pacotes de insumos dos transgênicos são alguns dos exemplos da lida cotidiana dos camponeses com os ataques das políticas atuais que sempre cooperam com o agronegócio. Assim, o campesinato busca estratégias de reinvenção que possam manter a sua sociabilidade. A mobilidade forma, portanto, um par dialético e configura-se, dentro da precarização das condições de vida, também como um mecanismo de retorno à terra de trabalho.

O conceito de “liberdade” no trabalho, enquanto categoria é, então, uma palavra-chave para assimilar a mobilidade entre camponeses. Para tanto, estar livre dos meios de produção é imprescindível na movimentação das massas trabalhadoras, ter controle sobre o tempo de trabalho, no seio das relações capitalistas, é algo incompatível com a mercadificação da sociabilidade.

No campo, terra e trabalho não se separam; dialeticamente, a terra é para o trabalho e vice versa, tem um sentido humano. Desse modo, propriedade familiar e propriedade capitalista são diferentes, embora privadas. Uma explora o trabalho; outra é a condição da independência do trabalho, pois o camponês, quando tem terra, tem trabalho livre. (SOUSA e CONCEIÇÃO, 2020; p. 67).

O discurso hegemônico do agronegócio acelera o processo em curso de barbárie no campo, via direta (expropriação e assassinatos) e indireta (precarização das condições de vida). Segundo a Comissão Pastoral da Terra (2020), houve, em 2019, 14% de crescimento no número de assassinatos no campo – passando de 28

para 32; 7% no de tentativas de assassinato – aumentando de 28 para 30; 22% de crescimento nas ameaças de morte – de 165 para 201. A CPT registrou 1.833 conflitos no campo em 2019. Número 23% maior que em 2018 e o maior número registrado pela CPT nos últimos 5 anos.

Ainda de acordo com a CPT, a Bahia foi o 3º estado com mais registros de conflitos por terra em 2019. Os estados com maior número de registros de conflitos foram: Maranhão, 174, Pará, 150 e Bahia, 139. Percebe-se que a boiada do agronegócio continua avançando contra as populações do campo e é protegida por mecanismos como a PL grilagem e a forte atuação histórica dos governos em favor de fazendeiros. Desse modo, a máquina estatal, além conivente com a barbárie em curso no espaço agrário brasileiro, também um dos agentes orquestradores desse processo.

Percebe-se que a dinâmica do espaço agrário brasileiro ganha contornos estruturalmente desiguais e combinados, em função da precarização das condições de vida. O discurso do desenvolvimento aliado aos aparatos tecnológicos e créditos bancários soa como fácil acesso para todos os povos do campo, no entanto, serve, principalmente para ampliar as desigualdades. O capitalismo engendra ao espaço diferentes formas de organização, dado o acirramento das relações de trabalho e a mundialização do capital. Assim sendo, o espaço torna-se mercadoria, reconfigurando-se diante de um processo sociometabólico de reprodução ampliada do capital.

O capitalismo insere ao espaço diferentes formas de reprodução por conta do acirramento das relações de trabalho e da mundialização. O espaço, assim como o trabalho, é transformado em mercadoria, sendo produzido de forma desigual, onde certas localidades são privilegiadas em detrimento de outras. Para Harvey (2011), uma vez que a escassez de trabalho é sempre localizada, a mobilidade geográfica do capital ou do trabalho (ou ambos) se torna fundamental na regulação da dinâmica dos mercados de trabalho locais.

Gaudemar (1977) analisa que a força de trabalho deve ser livre sobre dois pontos de vista: 1) a liberdade positiva: na qual a força de trabalho é uma mercadoria que pertence ao trabalhador, o trabalhador é um sujeito da sua própria liberdade, 2) a liberdade negativa: na qual o trabalhador não tem diante si outra hipótese que não seja vender sua força de trabalho, assim essa liberdade cria a possibilidade do

trabalhador escolher o seu local de trabalho, mas ao mesmo tempo faz com que o capital em qualquer momento tenha o poder de demitir esse trabalhador.

A mobilidade do trabalho é assim intrínseca ao trabalhador submetido ao capital, Funda a condição de exercício da força de trabalho como mercadoria, distinguindo assim definitivamente o trabalhador livre do escravo [...] A mobilidade da força de trabalho surge então como condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como índice de seu desenvolvimento. (GAUDEMAR, 1977 p.192).

Assim sendo, observa-se que os “processos migratórios” configura-se não como um mero deslocamento da massa de trabalhadores a procura de trabalho, mas sim, como parte da estratégia do capital de tornar o próprio trabalho móvel para, assim, transformá-lo em mercadoria. Uma vez que, a mobilidade não parte da vontade do trabalhador, mas do capital, visando atender as demandas de sua condição sociometabólica.

Para além da dimensão do trabalho remunerado a mobilidade também irá modificar as configurações do trabalho camponês, tal realidade dar-se-á de acordo com as questões inerentes à organização do campo.

A mobilidade do trabalho camponês se mostra como um mecanismo de sobrevivência para garantir a reprodução, visto que são raras as opções de manutenção do modo de vida desses sujeitos perante as contradições latentes do espaço agrário brasileiro. O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual, isso significa que para o seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si. (OLIVEIRA, 1991, p.18).

Desse modo, ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e não cessa de lançar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção a outro. A natureza da grande indústria condiciona, assim, a variação do trabalho, a fluidez da função, a mobilidade pluridimensional do trabalhador. Por outro lado, ela reproduz, em sua forma capitalista, a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas. Vimos como essa contradição absoluta suprime toda tranquilidade, solidez e segurança na condição de vida do trabalhador, a quem ela ameaça constantemente com privar-lhe, juntamente com o meio de trabalho, de seu meio de subsistência; como, juntamente com sua função parcial, ela torna supérfluo o próprio trabalhador; como essa

contradição desencadeia um rito sacrificial ininterrupto da classe trabalhadora (MARX; 1984, p 281).

A mobilidade é para Marx um dos novos arranjos do avanço do capital, se integrando ao processo de constante precarização. Assim sendo, o deslocamento de trabalhadores parte da necessidade de garantir as relações flexíveis de trabalho, dada à condição fluída da mobilidade.

Ao descrever as noções neoclássicas sobre oferta e demanda de trabalho, Marx satiriza a noção de equilíbrio do mercado pautado nas emigrações dos trabalhadores. Dessa forma, o que os muitos economistas enxergam como o equilíbrio entre a oferta e demanda do trabalho, na realidade é o próprio exército industrial de reserva pressionando a queda de salários.

O salário mais alto atrai uma parte maior da população trabalhadora para a esfera favorecida, até que ela esteja saturada de força de trabalho e o salário caia novamente para o nível médio anterior ou, caso o afluxo tenha sido grande demais, para um nível abaixo dele. Neste caso, a imigração de trabalhadores para o ramo de atividades em questão não apenas é interrompida, como dá até mesmo lugar à sua emigração. Aqui, o economista político crê vislumbrar “onde e como”, com o incremento do salário, ocorre um incremento absoluto de trabalhadores e, com o incremento absoluto de trabalhadores, uma redução do salário, mas na verdade ele só enxerga a oscilação local do mercado de trabalho de uma esfera específica da produção, nada mais do que fenômenos da distribuição da população trabalhadora nas diferentes esferas de investimento do capital, conforme suas necessidades mutáveis. Nos períodos de estagnação e prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores; nos períodos de superprodução e paroxismo, ele barra suas pretensões (MARX; 1984, p 867)

A análise da mobilidade do trabalho e a noção de liberdade foi amplamente discutida por Jean-Paul de Gaudemar em seu livro *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*, publicado no Brasil em 1977. O autor tece uma crítica as discussões neoclássicas quanto à mobilidade do trabalho, trazendo as incongruências da história do equilíbrio, das análises estatísticas com fins puramente demográficos.

Gaudemar estabelece duas análises quanto à noção de liberdade impregnada na teoria da mobilidade do trabalho, a primeira diz respeito à análise neoclássica e a segunda a teoria Marxista. No que se refere aos neoclássicos, o autor parte do

princípio de que havia algumas discordâncias entre os autores (alguns teóricos acreditavam que o nível de instrução era o fator determinante para a mobilidade, outros defendiam que era o salário). No entanto, a base neoclássica concordava que a mobilidade do trabalho era um fator de equilíbrio para o mercado. A mobilidade espacial do trabalho é compreendida apenas como um fluxo reequilibrante, quer em matéria de salários, quer em matéria de emprego (GAUDEMAR, 1977).

A liberdade e a necessidade do trabalhador móvel formam um par dialético. O indivíduo é livre de diversas formas no sentido de se assalariar, mas qual escolha tem senão fazê-lo? Dessa forma, ao se analisar tal realidade juntamente com a precarização do trabalho e com o exército de reserva, percebe-se que tais conceitos se unem na relação capital/trabalho, no sentido de enfraquecer a classe trabalhadora e garantir o processo de acumulação constante.

No contexto da precarização do sujeito social que trabalha frente à hegemonia burguesa, o trabalho assalariado vai ganhando contornos cada vez mais flexíveis. Quando repassamos tal análise para o contexto de reprodução da classe camponesa, percebe-se que o processo se torna ainda mais contraditório, pois o “ideário de liberdade” difundido pela mobilidade não é assimilado integralmente pelo campesinato. Vide que, tais sujeitos não estão totalmente libertos dos meios de produção, o que gera uma singularidade nas formas de mobilidade da classe em questão.

Posto isso, o campesinato, em sua trajetória de reprodução contraditória, vem travando constantes lutas com a hegemonia capitalista para assegurar seu modo de vida. O camponês tem no trabalho familiar sua principal base, não é totalmente dependente do mercado, controla parte de seu ciclo produtivo, sua lógica de produção é baseada na forma simples de circulação de mercadorias M-D-M, enquanto a produção capitalista acontece sob a forma de D-M-D'. Ou seja, o camponês não se adequa, totalmente, aos moldes capitalistas. Nesse sentido, a ideologia burguesa nega constantemente o campesinato, e investe pesado em sua cooptação, para que seu modo de vida não se torne o empecilho à reprodução ampliada do capital no campo.

Assim sendo, a mobilidade do trabalho é intrínseca à reprodução do capital, regulando os espaços de trabalho de acordo com os interesses burgueses, precarizando as formas de trabalho para extrair mais valor. No caso específico dos camponeses, não expropriados totalmente, nota-se a venda de sua força de trabalho

de modo temporário, ora como boias-frias no agronegócio, ora exercendo os mais variados tipos de trabalhos não agrícolas. Mas quase sempre retornando para trabalho em sua terra, resistindo e mantendo o vínculo com a mesma.

Neste sentido, a análise da mobilidade da força de trabalho camponesa está para além da questão dicotômica entre campo e cidade, é parte de processo de reordenamento das forças produtivas para assegurar a divisão territorial do trabalho e tornar o exército de reserva cada vez mais latente.

2.3 As determinações do mercado e sua relação com a mobilidade do trabalho no município de Candiba/BA

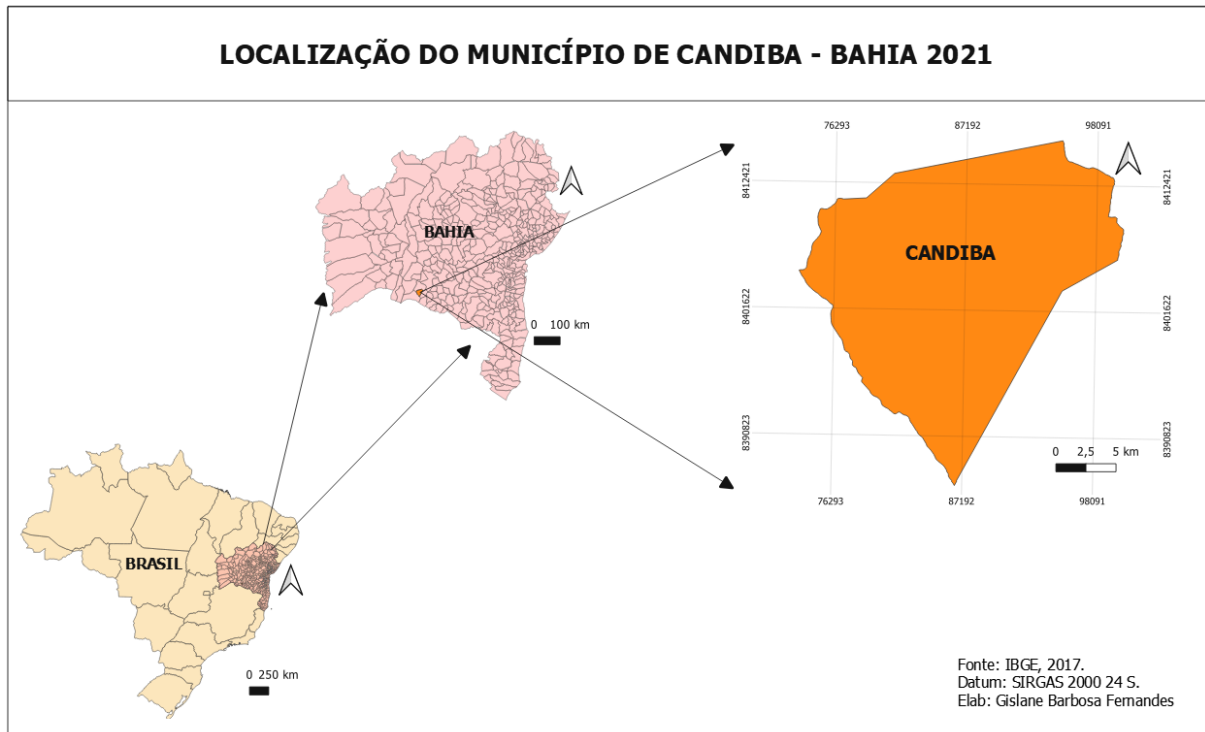
O município de Candiba (Mapa 2) está localizado no Parque Estadual da Serra de Montes Altos, a Sudoeste de Salvador. Segundo o IBGE (2014) o PIB do município é de quase 83 milhões de reais, onde a agropecuária é responsável por cerca de 11 milhões desse total. Com uma população total de 13.192 habitantes, 5.485 (41,58%) residem na zona rural (IBGE, 2010)³.

De acordo com o IBGE (2017), as 24.300 hectares de terras agricultáveis do município de Candiba estão divididas entre 1917 estabelecimentos agropecuários, sendo que 1628 estabelecimentos são utilizados para as lavouras temporárias ou seja, a unidade de produção camponesa é pequena e a lavoura não é permanente, o que pode dificultar a manutenção da família apenas com a produção do campo.

O avanço do capital no campo no município não se dá diretamente via expansão do agronegócio, pois não se evidencia no município grandes propriedades de terras, ou produção em larga escala (IBGE, 2017). Tal avanço acontece, sobretudo via políticas estatais de incentivos à agricultura mercadológica e via processo de mobilidade do trabalho.

³ Importante ressaltar que encontramos-nos em defasagem nos dados populacionais no país, em virtude da não realização do último Censo Populacional, realizado a cada 10 anos pelo IBGE, e que deveria ter tido a coleta de dados em 2019 para a divulgação em 2020. A não realização deve-se a estarmos vivendo uma situação histórica de um avanço do conservadorismo no Brasil e a ascensão de um governo de extrema direita (2019-2022), que atentou contra a ciência, o conhecimento e os direitos da classe trabalhadora, de um modo geral. Ressalta-se que a não realização do Censo repercute em enorme prejuízo para as pesquisas científicas. No ano de 2022, a coleta de dados do Censo está acontecendo, entretanto a publicização desses ainda não ocorreu até a finalização da escrita deste texto.

Mapa 2 – Localização município de Candiba – em relação ao estado da Bahia e ao Brasil (2021)



As famílias entrevistadas nas comunidades de Candiba mantêm uma forma de estruturação da produção alicerçada no valor de uso da terra, porém é mantida, inegavelmente, uma relação com o mercado, que não é o cerne da produção, mas que contribui para a garantia da permanência na terra.

A subordinação do campesinato em todos os seus aspectos contraditórios está para além de suas questões internas. No sentido mais amplo, obviamente, a pequena unidade de produção familiar é uma característica marcante dos camponeses, de modo geral. No entanto, as configurações externas da economia de mercado também dão ao trabalho desses sujeitos configurações particulares. Retornando a Shanim (2007), o camponês não existe em um sentido único. As próprias configurações do mercado capitalista reformulam a relação do campesinato com a sua produção. Assim sendo, o modo particular do trabalho camponês, para além dos processos de luta e resistência, se sustenta na economia capitalista de modo a garantir um processo de produção mais barata e conseqüentemente mais lucrativa ao capital.

Sempre falo que sou uma pessoa de sorte, dos meus 7 filhos, 6 estão aqui bem pertinho de mim. O mais velho foi trabalhar de pedreiro em

São Paulo e ficou por lá mesmo, mas tenho fé que um dia ele volta. Tenho 13 netos no meu quintal todos os dias (J. S. A. Camponês entrevistado. Pesquisa de campo, 2022)

O uso do trabalho familiar na roça é muito marcante em todas as comunidades pesquisadas. É importante salientar a própria estrutura particular dessas famílias. Como foi destacado na fala anterior, não há uma dispersão dos familiares. Pais, filhos e netos costumam dividir e residir no mesmo terreno, compartilhando, assim, todo o trabalho na terra, formando pequenos aglomerados de casas que se destacam em meio à caatinga. Haja vista que a posse da terra de todas as famílias em questão deu-se mediante a herança e não a compra. Nesse sentido, o acesso a terra por parte desses sujeitos reforça a ideia de vínculo, terra essa, que não foi adquirida mediante a compra, mas nas relações de proximidade, de onde a vida se desenvolve, valores tão improváveis em uma sociedade onde (quase) tudo se converte em mercadoria.

Entretanto, não se pode negar uma questão que consideramos fundamental: ao se configurar, sobretudo, como terra de herança, e dada as inseguranças em que a vida se desenvolve, onde não é possível se obter uma maior renda com a produção, ou ainda mediante o fato das famílias camponesas serem numerosas (como apontado no depoimento anterior), a pouca terra não é o suficiente para garantir resultados de trabalho que contemplem a satisfação das necessidades de toda família. É muito difícil que esses consigam pelo trabalho, quer seja esse realizado na unidade de produção ou na mobilidade do trabalho, uma renda suficiente para adquirir novas terras. Assim, a precarização na reprodução da vida empurra, constantemente, parte dessas famílias à mobilidade de sua própria força de trabalho como condição à sobrevivência. Mas, o trabalho que acessam, em geral, é bastante precarizado e a remuneração muito baixa para impulsionar, efetivamente, uma melhoria nas condições de vida desses sujeitos.

Antunes (2002) ao realizar estudos sobre a morfologia do trabalho na contemporaneidade é enfático ao apontar a precarização dessas relações mediante a intensificação da crise do capital e seu conseqüente desemprego estrutural. Por outro lado, a condição de buscar as soluções 'superficiais' para uma crise que é estrutural, portanto insuperável, advêm da maior exploração da força de trabalho para produzir valor; daí a importância de inserir e precarizar os trabalhadores ditos 'não-qualificados', os explorando até a última gota de sangue. É nessa realidade que se encontra o trabalho camponês, considerado de baixa qualificação, condição utilizada

para a maior exploração de seu trabalho e a baixa remuneração, o não acesso aos direitos trabalhistas, dentre outras questões.

O fato desse camponês dispor de parte da família ainda trabalhando na terra, coloca o seu trabalho na condição de um complemento da renda da família, ou, até mesmo, um alento imediato para suprir as necessidades mais básica em tempo de maiores dificuldades, como a estiagem, por exemplo. Mas, não podemos romantizar o processo, uma vez que sua força de trabalho é extremamente explorada e a remuneração muito baixa. Isso, se falar que, em busca do trabalho assalariado realizado fora da unidade produtiva, os trabalhadores podem se deparar, até mesmo, com relações de trabalho análogas à escravidão e o cativo.

Nota-se, portanto, que historicamente o discurso hegemônico do agronegócio, constantemente propagado e financiado pelo Estado brasileiro, vai perpetuando a barbárie societal no campo Brasileiro, mesmo nos locais onde o “agro pop” não se instaura de modo direto,

A produção do espaço agrário em Candiba vem sendo subjugada pelos processos monopolistas no território que se apropriam direta e indiretamente da renda da terra camponesa, redirecionando a produção local para atender às demandas do mercado capitalista.

A terra camponesa, portanto, representa a possibilidade de apropriação do produto do trabalho, dos instrumentos de trabalho e da terra; em que, ainda que subordinada à lógica capitalista de produção, os camponeses resguardam certa autonomia, conduzindo a realização social pelo trabalho. São os camponeses que garantem o abastecimento do mercado interno, portanto, a luta pela terra camponesa é uma luta de toda a sociedade, na busca da garantia da soberania alimentar e deveria ser considerada política prioritária do Estado. Contudo, as alianças historicamente estabelecidas entre as classes dominantes garantem a permanência e o controle da maior parte das terras agricultáveis nas mãos dos latifundiários rentistas e das grandes empresas capitalistas, como forma fundamental da garantia da renda e do lucro. (SOUZA, 2008, p. 689).

Os camponeses do município vão estabelecendo formas de resistência na lida cotidiana com a terra, mantendo, mesmo com muita dificuldade, a pequena produção de alimentos que visa garantir a unidade de produção familiar. Entretanto, as configurações mercadológicas destinadas à produção do algodão se acentuam no território.

De acordo com censo agropecuário de 2017, Candiba aparece com 62 toneladas de produção de algodão herbáceo, com um total de 112 hectares plantados em 91 estabelecimentos. Em 2006, o município contava com 36 estabelecimentos produtores de algodão, ou seja, a quantidade quase que triplicou. Importante ressaltar que mais de mais 80% da produção agrícola é categorizada como familiar. Os dados ficam mais expressivos quando comparados com outras produções (Tabela 1).

Tabela 1 - Comparativo dos anos 2006 e 2007 dos estabelecimentos produtores de Alagadão Herbáceo, feijão verde e mandioca em Candiba/BA

	Quantidade de estabelecimentos em 2006	Quantidade de estabelecimentos em 2017
Algodão Herbáceo	36 estabelecimentos	91 estabelecimentos
Feijão verde	66 estabelecimentos	146 estabelecimentos
Mandioca	169 estabelecimentos	86 estabelecimentos

Fonte: IBGE 2017

No que se refere ao aumento significativo na quantidade de estabelecimentos produtores de algodão, nota-se um claro redirecionamento da produção camponesa através do extenso processo de monopolização dos territórios camponeses, no entanto, novas formas de resistência vão sendo criadas como será visto mais adiante.

Desde 2008, tenho escrito que a crise dos alimentos tinha relação entre a expansão dos agrocombustíveis e a produção de alimentos e, tenho ressaltado que dois processos monopolistas comandavam e comandam a produção agrícola mundial. De um lado está a territorialização dos monopólios e de outro, a monopolização do território. Estas empresas monopolistas do setor de grãos, atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, muitas vezes têm também, o controle igualmente monopolista da produção dos agrotóxicos e dos fertilizantes. (OLIVEIRA, 2016, p. 121).

Posto isso, é salutar refletir sobre os reordenamentos territoriais provocados pela subordinação da produção camponesa, pois mesmo o agronegócio não avançando diretamente em relação à produção da unidade familiar, os monopólios dos setores de herbicidas, fertilizantes, agrotóxicos vão circundando o trabalho camponês de maneira indireta, sujeitando parte considerável de suas rendas. Os camponeses enfatizaram nas entrevistas os perigos do uso de veneno nas lavouras

Plantar algodão é difícil, vai muito veneno. Já tive que jogar até “10 mãos de veneno em uma única roça”. Mas, a gente ganha desconto por conta da associação e a ABAPA também ajuda com algumas mangueiras, isso deixa mais barato. O lado ruim é que não pode deixar o sequeiro, se deixar, o técnico deles vem e arranca tudo. Aí a gente tem que gastar tudo de novo na próxima safra. (J. J. F. Camponês da comunidade Lagoa Grande/Município de Candiba/BA. Pesquisa de campo, 2022).

O depoimento acima explicita as contradições do espaço agrário em Candiba, mesmo com as dificuldades no plantio, existem muitos incentivos para a produção algodoeira, aliados sobretudo à utilização de agrotóxicos. O PROALBA (Programa de Incentivo à Cultura de Algodão) instituído entre 2001 e 2002, alavancou a produção algodoeira em todo o estado da Bahia, objetivando, justamente, recuperar a “tradição” da cotonicultura no estado. Os incentivos vão desde a isenção e ICMS à barateamento dos custos de produção. Na prática, representa formas concretas de inserção da produção no circuito produtivo, na divisão social e territorial do trabalho, e dos mecanismos sutis de extração da renda da terra, mascarado na forma de inserção como condição à melhoria das condições de vida, que, em geral, não acontece.

Necessário salientar que muitos desses investimentos se concentram na região Oeste do estado, mas se reverberam por toda a produção do espaço baiano. Municípios do Sertão produtivo (território de identidade do município de Candiba) – Iuiú e Palmas de Monte alto eram os maiores produtores de algodão até o final da década de 1990 (IBGE, 1996). Tal realidade vai sendo modificada a partir dos incentivos na região Oeste nos anos 2000.

A territorialidade do algodão em Candiba, que estava ligada à produção de subsistência, ganha novos arranjos com o discurso modernizador da agricultura (Figura 1). A hegemonia do agronegócio vai se propagando, sobretudo, ao relacionar

as pequenas produções familiares voltadas para o próprio sustento como atrasadas e não desenvolvidas.

Figura 1 – Pequena plantação de Algodão na comunidade Lagoa da pedra em Candiba/BA, 2022



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Na reprodução da classe camponesa em Candiba é plausível destacar que os camponeses não existem em um sentido único – aquele sujeito isolado de toda a amplitude do capitalismo – eles são parte da reprodução ampliada do capital. Mas os desdobramentos de tal processo na classe camponesa são diferenciados.

Esses sujeitos movem sua força de trabalho principalmente para a safra da cana-de-açúcar em São Paulo e para a colheita do café no norte de Minas, essa mobilidade acontece, via de regra, de junho a dezembro. No período de chuva, eles retornam para o trabalho na terra.

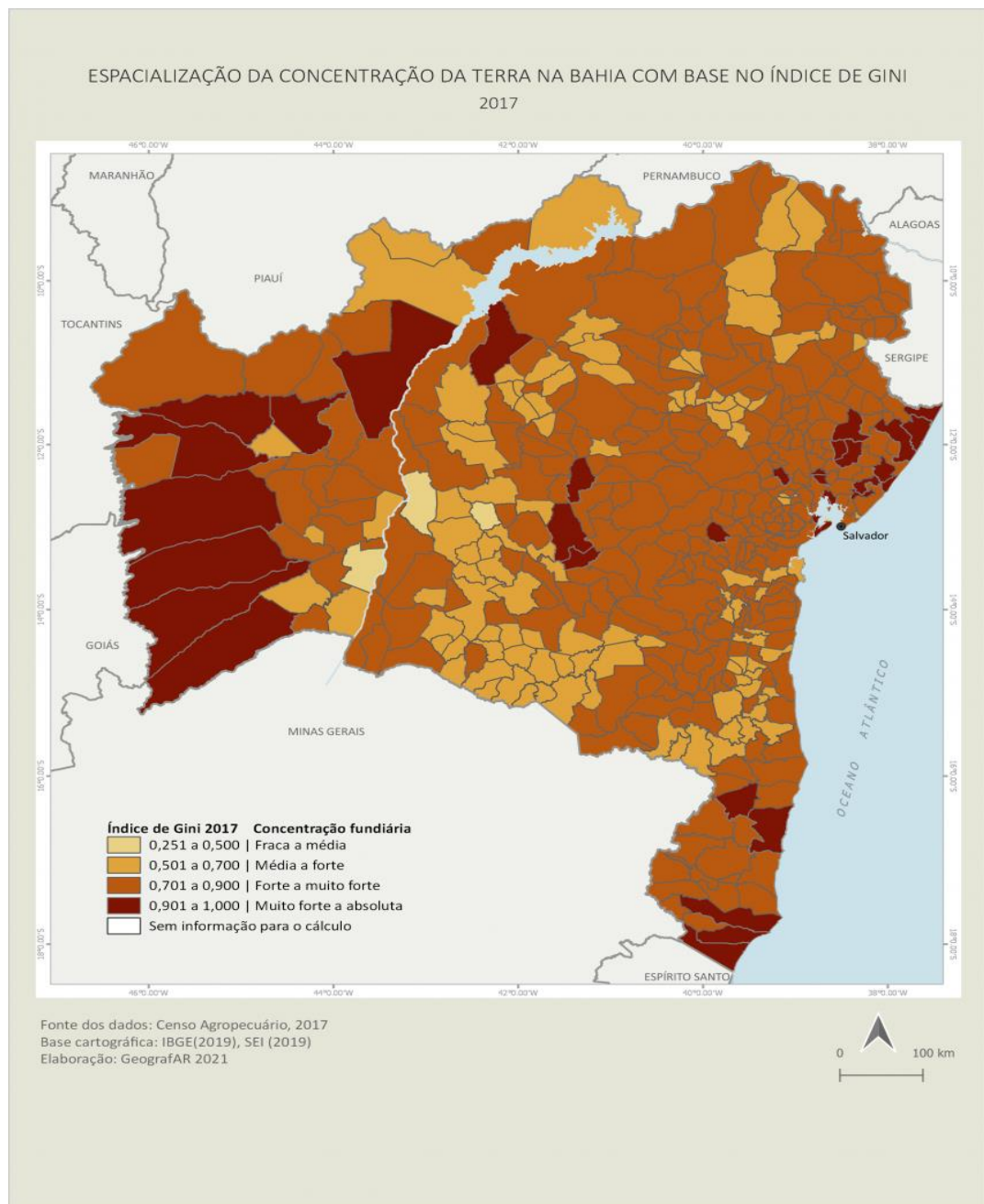
Andrade apud Oliveira (1982) salienta que, o sitiante nordestino no período de estio, migra para a área açucareira para trabalhar nas usinas de moagem, deixando a guarda e a administração da gleba para a mulher. Tal realidade, já apresenta configurações mais complexas nas comunidades de Candiba, como já foi visto. A

mulher também tem deixado a gleba para garantir o sustento da família, fato que indica o agravamento das condições de reprodução da vida na terra de trabalho.

A concentração fundiária do município é mostrada no mapa 3. Mesmo não apresentando números assombrosos no que se refere aos latifúndios, Candiba não foge à regra da produção do espaço agrário brasileiro. A desigualdade também é expressa no fato da unidade de produção camponesa ser muito pequena, acelerando o processo de fragmentação, o que dificulta a manutenção da família. Nenhum dos camponeses entrevistados declarou possuir mais de cinco hectares.

Nesse sentido, o agravante das relações capital *versus* trabalho torna a produção camponesa ainda menor, devido às políticas de subsídios agrícolas, à economia de mercado e a própria precarização do modo de vida. Diante disso, os camponeses do município vão para as cidades próximas, onde são abarcados pela informalidade do trabalho acessório.

Mapa 3 – Concentração fundiária no estado da Bahia, 2017



Fonte: Projeto de Pesquisa GeografAR/UFBA, com base em dados do Censo Agropecuário do IBGE, 2017.

A concentração de terras em Candiba se apresenta no grau de média a forte. Tal informação é reforçada pelo caráter da produção municipal, mais 80% da agricultura está classificada, segundo o IBGE 2017, como familiar. Os minifúndios

correspondem a 94% dos estabelecimentos rurais, mas ocupam 35% da área total, ou seja, mesmo não se tratando de um município com grande quantidade de latifúndios (apenas uma propriedade entre 500 e mil hectares, IBGE 2017), nota-se os rebatimentos da produção do espaço agrário brasileiro que é feito com base em expropriação e conseqüente concentração fundiária.

É notório que o processo de compreensão da reprodução camponesa não pode acontecer de maneira desvinculada das atuais configurações sociais. O campesinato entendido como classe social, no decorrer de sua reprodução histórica foi sendo recriado dentro das contradições sociais.

O capital utiliza-se dos mais diversos meios para ampliar-se na agricultura, mas mesmo frente a todas as adversidades, o campesinato continua se reproduzindo por meio de suas contradições. Nesse sentido se faz necessário entender que a relação com a terra é primordial para a resistência camponesa.

Nas comunidades rurais de Candiba, os camponeses, em sua terra de trabalho, para além da resistência, evidenciam a afetividade para com a mesma. A terra carrega consigo as lembranças de uma reprodução secular, é a chave do modo de vida.

A resistência na terra é um conceito chave para a compreensão da reprodução camponesa em Candiba - BA, tal reprodução realiza-se em face às singularidades da dinâmica capitalista, uma vez que os camponeses estabelecem uma relação dialética de sujeição/resistência com o capital.

Desse modo, é notório que apesar da não existência de um conflito em seu sentido literal, esses camponeses lutam diariamente para manterem seu modo de vida. Para tanto, eles são obrigados a se submeterem as formas mais precárias de trabalho, convivendo com as incertezas da produção na roça. No entendimento do campesinato em Candiba, é imprescindível salientar que os mesmos, em sua grande maioria, eram donos das terras em que produziam. Portanto é necessária a reafirmação de que a condição da posse da terra no campesinato se dá de forma diferente dos moldes capitalistas, tendo em vista que a produção tem com base o valor de uso e não a obtenção de lucro. Tal consideração se faz necessária, para reiterar que mesmo sendo dono da terra, o camponês ainda fica a mercê de toda uma estrutura produtiva que quer cooptar seu modo de vida. Assim sendo, as secas, por exemplo, são utilizadas como um mecanismo para precarizar a sua condição de vida

e, por consequência, facilitar a inserção do capital no campo. O depoimento a seguir evidencia o processo de mobilidade durante a estiagem

Quando chega junho, a situação aqui fica muito difícil, a estiagem não deixa produzir nada e eu não tenho como abrir um poço. Trabalhar como boia fria no Iuiú é o único jeito. É muito cansativo, tenho que acordar 3 horas da manhã e chego 7 da noite, mas é melhor do que ir cortar cana e passar meses fora. (A.B. T. – Camponês da comunidade Encantado Candiba/BA -2022).

A mobilidade como estratégia para a permanência na terra é claramente evidenciada nas palavras dos camponeses. Esse processo é, portanto, forma de luta e precarização (Figura 2 e 3,) dialeticamente, onde o camponês consegue manter-se na terra, mas é intensamente explorado pelo capital (FIALHO, 2013). Há uma relação de sujeição/negação com o capital, o camponês se submete às necessidades do capital quando move sua força de trabalho, ao passo que, utiliza da mobilidade para conseguir sobreviver unicamente do trabalho com a terra.

Figura 2 - Monocultura de algodão no município de Iuiú, 2022



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

No que se refere às diferenças entre trabalhar na própria terra e sair para outros locais, os camponeses são enfáticos em dizer que trabalhar fora é exaustivo. A saída provisória do local de origem só é feita por conta da necessidade, pois a sobrevivência se torna difícil nos meses de seca, principalmente para aqueles que dependem unicamente da chuva, não contando com nenhuma outra forma de irrigação.

Figura 3 - Jovens de Candiba/BA fazendo carregamento de algodão no município de Iuiú/BA, 2022



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

O camponês está habituado a outro ritmo de trabalho, ele cria seus horários, respeitando os limites físicos, algo que não é encontrado em outras formas de trabalho

a quais ele é obrigado a se submeter. Assim sendo, ele é forçado a se adaptar a uma organização de trabalho completamente diferente à sua, para garantir a sobrevivência na terra. Subsumido ao tempo do relógio do capital para produzir renda da terra e mais valia.

Outra face da mobilidade, para esses camponeses, é a inserção cada vez maior das mulheres. Outrora, as camponesas ficavam na terra para cuidar dos filhos da casa, dos animais e preparar o solo durante a seca, seus maridos retornavam juntamente com a chuva para fazerem a plantação. Tal realidade vem se modificando com o decorrer do tempo, e essas mulheres também estão migrando para as colheitas de cana e de café, principalmente. Verifica-se a inserção cada vez maior de camponesas em uma jornada contínua de trabalho. Cuidam das lavouras, dos filhos e ainda se assalariam fora da terra, seja no agronegócio ou em “bicos” como domésticas e diaristas.

Exacerba-se, então, novas formas de precarização fundadas em uma divisão social do trabalho. Não se trata de um conceito de dupla jornada trabalho, mas de uma precarização contínua do trabalho feminino no campo, que é indissociável do antagonismo entre classe.

Adicionalmente, as mulheres estão sempre atentas às necessidades dos familiares, dos animais e das plantas na jornada cotidiana. Ao longo do dia, quando surge alguma necessidade, deixam de lado o que estavam fazendo e vão atender, seja o trato de algum animal, a solicitação de um filho, um pedido de auxílio do marido, ou alguma visita que aparece de maneira inesperada. Portanto, mesmo que planejem o dia de trabalho, as mulheres atuam conforme as demandas das necessidades de seus familiares, dos animais e das plantações (HERREIRA, 2019, p. 135).

A luta pela sobrevivência e permanência na terra tem feito com que as camponesas também se submetam aos trabalhos precários. Não se trata, portanto, de um mecanismo de emancipação dessas mulheres no mercado de trabalho, mas sim de uma das muitas formas perversas que o capital encontra para subjugar essas trabalhadoras.

Não obstante, percebe-se a intensa mobilidade do trabalho, no Brasil, diante do movimento constante de sua desrealização, que, por meio das diferentes modalidades da informalidade (parcial, temporário, domiciliar, subcontratado, terceirizado), se multiplica espacialmente por todos os quadrantes, à base de forte inserção feminina no mercado

de trabalho, processo também denominado de feminização do trabalho (THOMAZ JUNIOR; 2008, p. 328).

Nesse sentido, a inserção das camponesas no processo de mobilidade não está associada a uma forma de melhorar as condições de vida delas e da família. As mulheres que se assalariam no corte de cana ou na colheita de café, relataram que as formas de trabalho são sub-humanas, ou seja, se submetem a essas por uma questão de necessidade. A base da produção capitalista é centrada em fragilizar/precarizar trabalhadores e trabalhadoras para a obtenção de lucro.

Diante de sua reprodução ampliada, o capital engloba todos os setores da produção –incluindo a agricultura – assim, o trabalho é transformado em mercadoria, se tornando cada vez mais trabalho abstrato, mas o capital se assegura de que algumas relações concretas sejam mantidas. “Existe um favorecimento do trabalho abstrato e uma precarização cada vez maior das formas mais tradicionais de trabalho” (ANTUNES, 2008). Porém as formas tradicionais não deixam de existir. A reprodução ampliada do capitalismo é essencialmente contraditória, ao mesmo tempo em que transforma a maior parte do trabalho em mercadoria, considerada “assalariada”, conserva algumas relações não capitalistas que são necessárias a essa reprodução

As atuais configurações do campesinato foram delineadas há muito tempo. Desde o início dos primeiros cercamentos nas terras comunais, os camponeses começaram a sentir os efeitos das expropriações. Tal processo, aliás, vem marcando a reprodução da classe, que, frequentemente, é expropriada de sua terra de trabalho devido às configurações do capital. Nesse sentido, a história da classe camponesa sempre foi marcada por expropriações e, conseqüentemente, por migrações.

Ademais, pode-se apontar que o desmonte e a ausência de políticas públicas, também, são fatores que dificultam a permanência, sobretudo dos jovens, no campo. Existe no Brasil um direcionamento das políticas de Estado para o fortalecimento do agronegócio. A vinculação entre Estado e latifundiários está posta para incentivar o agronegócio, serve às classes dominantes, em detrimento dos pequenos agricultores que não são atendidos, com a mesma presteza, pelas políticas públicas no campo (SOUZA, 2008).

Políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), diante de toda a

complexidade da questão agrária no Brasil, não ser suficientes para a redução das desigualdades no campo. Mesmo com o acréscimo do PRONAF jovem, financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos entre outros requisitos, pode ainda não ser o bastante para que os jovens consigam o sustento apenas com o trabalho no campo.

O carro chefe que sedimenta o discurso atual de apoio ao jovem no campo se circunscreve na política do PRONAF. A proposta do PRONAF Jovem como linha de financiamento específica, com taxas de juros e prazos de pagamento diferenciados, tem sido a de atender jovens entre 16 e 29 anos com o objetivo de incentivá-los a manterem-se no campo e iniciarem uma atividade produtiva que agregue renda às suas famílias. Entretanto, o que se coloca em pauta é a contínua mobilidade do trabalho, principalmente desses jovens. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 78).

A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2016, deixou as escassas políticas públicas para o campo em uma situação ainda pior, pois muitas políticas agrárias, a exemplo: do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, o Programa Territórios da Cidadania e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, tiveram a origem e eram executadas por esse ministério. Assim sendo, separar as funções do MDA, entre vários outros ministérios, faz com que ocorra o abandono de várias políticas públicas e o cerceamento do diálogo com os movimentos sociais e sindicais (DE PAULA, et al, 2018).

A manutenção dos jovens no trabalho no campo torna-se essencial quando se debruça sobre os dados da produção camponesa/familiar. Segundo o Censo Agropecuário (2017), realizado pelo IBGE, houve uma redução de 9,5% dos estabelecimentos classificados como agricultura familiar em relação ao censo de 2006, havendo também a redução da força de trabalho utilizada nas atividades no campo; no intervalo de 11 anos, a produção familiar perdeu 2,2 milhões de trabalhadores, isto significa que muitos camponeses deixaram a sua forma histórica de reprodução social.

Mesmo com a redução, a agricultura camponesa/familiar⁴ representando o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do país, mas, por serem de

⁴ Ressalta-se a importância de entender “camponês” como um termo político, a adoção de “agricultura familiar” parte do discurso hegemônico do agronegócio em sua tentativa de negar a luta e a resistência camponesa.

pequeno porte, ocupa uma área menor, 80,89 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total (IBGE, 2017). Ainda assim, a produção camponesa/familiar tem uma significativa participação na produção dos alimentos que chegam na mesa dos brasileiros. É responsável por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, mesmo controlando uma parcela mínima das terras agricultáveis do país, como já evidenciado.

Nesse seguimento, o entendimento da totalidade da reprodução camponesa sob a égide capitalista, tem na mobilidade um de seus aspectos mais visíveis. Haja vista que, a saída de pessoas do campo, principalmente os jovens, corrobora com a visão hegemônica de que apenas o latifúndio e o agronegócio são produtivos. Entretanto, quando se analisa os dados da produção camponesa/familiar no campo, tal discurso não se sustenta. Assim sendo, tal realidade contraditória no que se refere à mobilidade do trabalho será analisada no município de Candiba/BA na próxima seção (3). Nesse sentido, será abordada a reprodução social do camponês que sai do campo em direção à cidade, mesmo que temporariamente. Entretanto, dentro das contradições da produção desigual dos espaços, tais sujeitos podem vir a utilizar o assalariamento temporário como forma de permanência no campo.

3 O AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO E A MOBILIDADE DO TRABALHO DE JOVENS CAMPONESES.

3.1 Avanço do capital no campo e a lógica da pluriatividade

No Brasil atual, a organização da produção rural perpassa por uma série de contradições que são inerentes ao modo de produção capitalista. Se por um lado o agronegócio amplia-se no meio rural, por outro a luta pela terra amplia-se, também, de forma significativa. Não há como o capital estender seus tentáculos no campo sem que gere uma série de conflitos. A reprodução ampliada do capital nunca acontece de forma harmônica, esse processo é, sobretudo, desigual e contraditório.

Nas discussões pertinentes ao avanço do capital no campo brasileiro, encontram-se várias vertentes teóricas. Em uma perspectiva teórica que se contrapõe a reprodução camponesa, podem destacar-se as obras de Ricardo Abramovay e José Graziano da Silva, nas quais os autores retratam o campesinato como extinto, divergindo, entretanto, quanto à atualidade da questão agrícola.

Para Ricardo Abramovay (1991) o campesinato desapareceu, mas ainda existe a pequena produção familiar, organizada, sobretudo, via *part-time*, ou seja, pequenos agricultores que se dedicam a atividades não agrícolas como forma de complemento da renda. As mudanças sofridas pela produção familiar na agricultura de hoje são tão profundas que se não se encaminharam no sentido da diferenciação social, por outro lado não permitiram que as características centrais da produção camponesa permanecessem (ABRAMOVAY, 1991).

Evidentemente, os camponeses não são e nunca foram entidades autárquicas nem independentes, distinguindo-se assim de um sem-número de formas diretamente comunitárias de vida. Entretanto, em que pesem não só sua inserção, mas sua subordinação a universos mais amplos - traços que farão do campesinato uma sociedade parcial (*part-society*) (ABRAMOVAY, 1991, p. 63).

Para José Graziano da Silva (2001) o campo brasileiro está marcado pela pluriatividade, onde os camponeses se integram ao mercado completamente e exercem as mais variadas funções no meio rural, diante disso, a produção agrícola familiar não seria mais suficiente para atender às demandas da sociedade, a solução viável seria o agronegócio. Desse modo, os trabalhadores do campo sobreviveriam

vendendo sua força de trabalho, tanto em atividades não agrícolas, quanto em atividades ligadas ao agronegócio.

A agricultura não é mais a melhor forma de reinserção produtiva das famílias rurais sem terra, especialmente em função do baixo nível de renda gerado pelas atividades tradicionais do setor. Pequenas áreas destinadas a produzir apenas arroz-feijão, assim como outros produtos agrícolas tradicionais, especialmente grãos, realmente não são mais viáveis. Mas, felizmente, as atividades agrícolas tradicionais também não são mais as únicas alternativas hoje disponíveis para a geração de ocupação e renda para as famílias rurais. Assim é possível e é cada vez mais necessária uma reforma agrária que crie novas formas de inserção produtiva para as famílias rurais, seja nas “novas atividades agrícolas, seja nas ORNA. Por exemplo, na agroindústria doméstica, que lhes permita agregar valor à sua produção agropecuária, como também nos nichos de mercado propiciados pelas novas atividades agrícolas a que nos referimos anteriormente; ou na construção civil, ainda que seja de sua própria moradia; ou até mesmo na prestação de serviços pessoais ou auxiliares de produção (SILVA, 2001, p. 12, 13.).

O que se sugere, claramente, é não mais a existência da questão agrária, e sim a ascensão de um capitalismo agrário no qual a agricultura – pelo viés do agronegócio, se configura em mais um setor do e para o grande capital. Assim, a permanência ‘no campo’ de parcelas de ‘pequenos agricultores’ se daria e poderia ser aceitável, caso o mesmo modifique sua forma de existência, seu modo de vida, não havendo sequer qualquer conteúdo de classe que represente esses sujeitos. Ou seja, esses permaneceriam, mas diversificando as atividades econômicas praticadas no campo, que não se ligariam mais, diretamente, ao trabalho na terra. Assim, a produção agrícola ficaria a cargo do agronegócio, da grande propriedade fundiária. Mas, o conteúdo ideológico e do aparente que o autor propaga beira o idealismo. Primeiro porque desconsidera completamente que o propósito do agronegócio não é a produção de alimentos para satisfazer as demandas da sociedade brasileira. O agronegócio produz *commodities*, ativos financeiros, a serem comercializados nas bolsas de valores do mundo, daí a ligação direta entre produção de commodities e aumento da fome, referendada por diversas pesquisas acadêmicas e mesmo por órgãos oficiais de pesquisa. Assim, o grande questionamento é: o que defende o autor, o aumento generalizado da fome? A não produção de alimentos para abastecer o mercado interno? Ou ainda, o monopólio e encarecimento dos alimentos destinados à sociedade brasileira?

Outro desconhecimento histórico sobre o campo brasileiro por parte do autor e demais defensores dessas que consideramos verdadeiras ideologias do capital para o campo brasileiro (SOUZA, 2008) é a desconsideração de todo o processo de expropriação e a concentração fundiária que o avanço do capital, e mais recentemente sob a forma do agronegócio, promoveram historicamente, alargando a fome, as desigualdades sociais e intensificando a mobilidade do trabalho e a miserabilidade dos trabalhadores e camponeses, seja no campo seja nas cidades. Nega-se a História, e mais que isso, cria-se um discurso mistificador do real concreto que configura o campo brasileiro. Os dados científicos, como os apontados pelos sucessivos Censos Agropecuários do IBGE, nos dão toda evidencia de que quanto mais essa pequena produção camponesa deixa o campo e perde suas condições produtivas e reprodutivas, diminui-se a produção de alimentos básicos da alimentação dos brasileiros, como: o feijão, a mandioca, o arroz; ao passo em que se acresce a produção de soja e outras *commodities* destinadas, sobretudo ao mercado externo.

Não por ingenuidade (e muito longe disso), os teóricos da agricultura familiar e da pluriatividade, ao apontarem essa possibilidade de ‘diversificar os tipos de trabalho no campo’ escometeiam, além da expropriação da terra, a degradação das condições de reprodução da pequena produção no campo, e a mobilidade forçada a que esses se submetem, não por escolha, mas para não morrerem de fome (GAUDEMAR, 1977).

No debate da mobilidade do trabalho do camponês, a lógica da pluriatividade surge como “solução” para os problemas do campo, desconsiderando a exploração e a precarização do trabalho perante o assalariamento ao agronegócio e reduzindo a questão da luta pela terra a algo defasado que não faz mais sentido na atualidade. O debate da pluriatividade nega as conflitualidades existentes no campo, objetivando negar a condição de vida do camponês. As rendas das atividades agropecuárias estão entre as menores remunerações que se pagavam no país em 1990, tanto no meio urbano, como no meio rural. E que, portanto, a possibilidade da pluriatividade com ocupações não-agrícolas era fundamental para elevar – e porque não dizer também estabilizar – as rendas das pessoas residentes no meio rural em todo o país (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

O fato é que tais discursos acabam pondo em cheque a permanência histórica dos camponeses e sua vinculação a terra e a atividade agrícola; mas, o mais perigoso disso é a constatação de determinados

intelectuais orgânicos da bancada ruralista que, vinculados aos interesses do capital, passam a divulgar a não necessidade da reforma agrária, já que a população do campo não sobreviveria mais, eminentemente, das atividades agrícolas, negando toda luta histórica dos trabalhadores assalariados e camponeses sem-terra, para obter um pedaço de terra, numa estrutura agrária extremamente perversa, como é o caso brasileiro, cujo acesso a esta só pode se dá mediante o acirramento da luta de classes no campo. Aceitar a veracidade do discurso da pluriatividade, defendido no Brasil pela vertente grazianista, seria negar a existência de milhares de trabalhadores assalariados (rurais e urbanos) e camponeses sem-terra que se organizam na luta pela terra, via movimentos sociais, por meio de ocupações de terra, para fins de garantir, a partir da produção agrícola a sua reprodução social. (SOUZA, p.130, 2008).

Nota-se que ao contrário das afirmações de Graziano da Silva o fim da produção camponesa e o exercício de atividades assalariadas não é solução viável para os problemas do campo. É puro reducionismo tratar o paradigma da questão agrária brasileira por essa ótica, além da serventia aos interesses do agronegócio. Tal discurso tende a embasar as estratégias de grilagem e expropriação no meio rural. Visto que a mobilidade do trabalho não acontece de forma a ajudar o trabalhador, a efetivamente melhorar suas condições objetivas e subjetivas, o único beneficiado é o capital, que move a força de trabalho para assegurar a geração de mais-valor.

Nesse sentido, o entendimento da totalidade da reprodução camponesa sob a égide capitalista, tem na mobilidade um de seus aspectos mais contraditórios. Haja vista que, para muitos teóricos, tal mobilidade legitima o processo de “extinção” do campesinato, vide o processo de assalariamento. No entanto, ao analisarmos as condições concretas de reprodução dos camponeses, as contradições são reverberadas, evidenciando os novos arranjos da classe. Assim sendo, o modo de vida camponês no contexto da mobilidade do trabalho, foi pesquisado no município de Candiba/BA, considerando que a realidade do local não pode ser analisada de forma generalista, mas que, pode sim, expressar as diferentes formas do modo de vida camponês.

Marques (2008) destaca que, o destino dessa classe social se define ao longo de sua própria história, a partir das posições que ela ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária e das escolhas e estratégias que adota. O capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele o

cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas (OLIVEIRA, 1991).

Assim sendo, a compreensão do campesinato deve perpassar pela análise do avanço das relações capitalistas de produção. A classe camponesa se recria dentro das contradições capitalistas, principalmente via luta e resistência pela/na terra. De fato, o capital investe pesado e promove um processo de mudança substancial na vida das pessoas, e do campesinato mais especificamente, transformando-o em massa consumidora e, muitas vezes, em força de trabalho para o capital, o que não significa que os destrói completamente (SOUZA, 2008).

As investidas do capital no modo de vida camponês se fazem mediante a constante precarização do trabalho e apropriação da renda da terra, mas, obviamente, algumas relações não capitalistas são mantidas, visto que o capital não precisa investir diretamente no camponês para capitalizar a renda da terra. Assim sendo, a manutenção de relações camponesas, contraditoriamente, poupa gastos ao capital.

O processo de avanço do capital no campo acontece para além das investidas do agronegócio, a “conversão” em agricultor familiar também é um das principais estratégias do capital para capitalizar a renda da terra. Basta se observar como o campesinato é tratado pelos grandes proprietários fundiários, pelo grande capital que atua no campo e mesmo pelo Estado. Ao capital financeiro, esse só existe se se submeter aos pacotes de crédito que lhes são apresentados, muito mais como uma demanda dessa fração do capital se reproduzir, do que como uma perspectiva de apontar melhorias concretas para os camponeses. Esses, em geral, tornam-se endividados, as dívidas muitas vezes são impagáveis e não raro a perda da terra, dada como garantia dos empréstimos, é o caminho aberto para a expropriação. Em outro casos, as dívidas bancárias acarretam na intensificação da mobilidade do trabalho. Todo esse processo é incentivado e fomentado na relação entre capital e Estado.

Para Marx (1984) a burguesia utiliza a força do Estado para regular as condições de trabalho para assegurar a geração de mais-valor e assim manter o trabalhador em um grau de dependência. Assim sendo, a categoria trabalho é o cerne da dinâmica capitalista, pois só o trabalho é capaz de gerar valor. Por isso, o capitalismo (corroborado pelo poder do Estado) precariza e fragiliza a classe trabalhadora de todas as maneiras possíveis para extrair mais valor. “O trabalho é um

processo em que homem, com sua ação impulsiona e controla sua interação com a natureza” (MARX, 2004).

Nessa relação contraditória entre camponeses e capital, o Estado atua para assegurar os interesses burgueses, criando as condições necessárias de sujeição do trabalho camponês, garantindo a geração de mais valor. Desse modo, o Estado, não é entendido aqui como um agente neutro, ele atua no intuito de ocultar os antagonismos entre as classes, serve aos interesses burgueses e, por conseguinte, aumenta a exploração sobre classe trabalhadora (assalariados e camponeses) para garantir a produção de mais-valor.

O Estado, como comitê executivo da classe burguesa, acaba por precarizar ainda mais a condição do camponês, “as salvadoras políticas públicas” se mostram como mais um mecanismo de perpetuação da pobreza e de enfraquecimento da classe camponesa.

No debate da Mobilidade do trabalho do camponês, a lógica da pluriatividade surge como “solução” para os problemas do campo, desconsiderando a exploração e a precarização do trabalho perante o assalariamento ao agronegócio e reduzindo a questão da luta pela terra a algo defasado que não faz mais sentido na atualidade. O debate da pluriatividade nega as conflitualidades existentes no campo, objetivando negar a condição de vida do camponês. As rendas das atividades agropecuárias estão entre as menores remunerações que se pagavam no país em 1990, tanto no meio urbano, como no meio rural. E que, portanto, a possibilidade da pluriatividade com ocupações não-agrícolas era fundamental para elevar – e porque não dizer também estabilizar – as rendas das pessoas residentes no meio rural em todo o país (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

O fato é que tais discursos acabam pondo em cheque a permanência histórica dos camponeses e sua vinculação a terra e a atividade agrícola; mas, o mais perigoso disso é a constatação de determinados intelectuais orgânicos da bancada ruralista que, vinculados aos interesses do capital, passam a divulgar a não necessidade da reforma agrária, já que a população do campo não sobreviveria mais, eminentemente, das atividades agrícolas, negando toda luta histórica dos trabalhadores assalariados e camponeses sem-terra, para obter um pedaço de terra, numa estrutura agrária extremamente perversa, como é o caso brasileiro, cujo acesso a esta só pode se dá mediante o acirramento da luta de classes no campo. Aceitar a veracidade do discurso da pluriatividade, defendido no Brasil pela vertente grazianista, seria negar e existência de milhares de trabalhadores

assalariados (rurais e urbanos) e camponeses sem-terra que se organizam na luta pela terra, via movimentos sociais, por meio de ocupações de terra, para fins de garantir, a partir da produção agrícola a sua reprodução social. (SOUZA, p.130, 2008).

Nota-se que ao contrário das afirmações de Graziano da Silva o fim da produção camponesa e o exercício de atividades assalariadas não é solução viável para os problemas do campo. É puro reducionismo tratar o paradigma da questão agrária brasileira por essa ótica, além da serventia aos interesses do agronegócio. Tal discurso tende a embasar as estratégias de grilagem e expropriação no meio rural. Visto que a mobilidade do trabalho não acontece de forma a ajudar o trabalhador, o único beneficiado é o capital, que move a força de trabalho para assegurar a geração de mais-valor.

Nesse sentido, o entendimento da totalidade da reprodução camponesa sob a égide capitalista, tem na mobilidade um de seus aspectos mais contraditórios. Haja vista que, para muitos teóricos, tal mobilidade legitima o processo de “extinção” do campesinato, vide o processo de assalariamento. No entanto, ao analisarmos as condições concretas de reprodução dos camponeses, as contradições são reverberadas, evidenciando os novos arranjos da classe. Assim sendo, o modo de vida camponês no contexto da mobilidade do trabalho, foi pesquisado no município de Candiba/BA, considerando que a realidade do local não pode ser analisada de forma generalista, mas que, pode sim, expressar as diferentes formas do modo de vida camponês.

3.2 As políticas desenvolvimentistas e a atuação do Estado

Para se compreender o campesinato, e o processo de reprodução dessa classe no campo brasileiro, a que se considerar como esse se efetiva mediante às contradições postas pelo avanço das relações capitalistas de produção. A classe camponesa se recria dentro das contradições capitalistas, seja em seus históricos espaços de permanência, seja fomentando a luta e resistência pela/na terra, com destaque a ação dos Movimentos Sociais em diferentes períodos da História do país. Mas, a análise de como esse processo se efetiva, sobretudo, nas últimas décadas merece relevo. O avanço do capital, mediante tentativa de respostas a crise do capital, que não se configura como cíclica, temporária, mas se efetiva como estrutural

(MESZAROS, 2002) também vai afetar a forma como os projetos do capital se direcionam para o campo, e como o Estado, por meio, sobretudo, da difusão de políticas públicas, vai implementar esse avanço da dependência camponesa com o capital, seja esse produtivo (incrementos, maquinários e insumos) seja financeiro (créditos e financiamentos), representando novas dificuldades para esses permanecerem em suas terras de trabalho e se reafirmarem como camponeses. Com o fito de torná-los, cada vez mais, consumidores das mercadorias produzidas para o campo, e mera força de trabalho para fomentar a acumulação de capital (SOUZA, 2008).

As ações do capital sobre o modo de vida camponês se fazem mediante a constante precarização do trabalho (garantindo a extração de trabalho não-pago) e apropriação da renda da terra (sobretudo mediante sujeição da renda camponesa), mas, obviamente, algumas relações não capitalistas são mantidas, e, mais que isso, chegam a poupar gastos ao capital, posto que, conforme apontado por Oliveira (2016), ao capital, em determinados momentos e situações não interessa imobilizar fatias desses com a compra de terras, basta subjugar os produtores diretos a produzir o que interessa ao mercado e se apropriar dessas mercadorias na esfera da circulação. E é nesse movimento que se acrescentam às fragilidades da produção camponesa, dada carência permanente, não só da quantidade adequada de terras, mas dos recursos para tocar a produção e obter algum resultado efetivo ao final. A atuação do Estado, em sua relação umbilical com o capital, fomenta esse processo, difunde aos pequenos produtores diretos “o canto da sereia do capital”, as possibilidades de inserção subordinada ao mercado. E daí que se pode compreender o papel desempenhado pelas políticas públicas, vez que chegam como parte constitutiva do Estado, mas que, na essência, se transverte nas formas mais vis de reprodução ampliada do capital no campo.

O processo de avanço do capital no campo acontece para além das investidas do agronegócio, a “conversão” em agricultor familiar também é um das principais estratégias para capitalizar e se apropriar da renda da terra. E embora na realidade concreta desta pesquisa se efetive no campo, não se restringue a ele, se estendendo para todos os espaços e setores onde é possível reproduzir-se.

(...) o capital não é simplesmente uma “entidade material” – também não é (...) um “mecanismo” racionalmente controlável (...). (...) mas é, em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa (...) estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, ou perecer, caso não consiga se adaptar. (...) o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e **a agricultura (grifo nosso)**, a arte e a indústria manufatureira, que impõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade. (MESZAROS, 2002, p. 96).

Para Marx (1984) a burguesia utiliza a força do Estado para regular as condições de trabalho para assegurar a geração de mais-valor e assim manter o trabalhador em um grau de dependência. Assim sendo, a categoria trabalho é o cerne da dinâmica capitalista, pois só o trabalho é capaz de gerar valor. Por isso, o capitalismo (corroborado pelo poder do Estado) precariza e fragiliza a classe trabalhadora de todas as maneiras possíveis para extrair mais valor. Mas, esse trabalho apontado por Marx (2004) enquanto condição ontológica humana, eterna forma de mediação entre esse e a natureza, no modo de produção capitalista, por meio da expropriação da terra e a separação dos trabalhadores dos demais meios de produzir a vida, se converte em trabalho abstrato, com a introdução dos elementos “fetichizadores do mercado”, (MESZAROS, 2002), deixando de voltar-se a satisfação das necessidades básicas humanas, para se converter em forma de produzir riqueza, mediante extração de trabalho não pago. E o processo de reprodução camponesa ocorre exatamente nesse conflito entre a terra como condição de reprodução social dos camponeses e sua família e o processo de sujeição da renda ao capital, com a difusão dos elementos “fetichizadores do mercado” cada vez mais presentes no campo brasileiro. Ou ainda mediante a mobilidade dessa força de trabalho camponesa e a disponibilidade de “seus corpos e mentes à produção de valor”, ainda que essa relação não se estabeleça unicamente.

Nessa relação contraditória entre camponeses e capital, o Estado atua para assegurar os interesses burgueses, criando as condições necessárias de sujeição do trabalho camponês, garantindo a geração de mais valor. Desse modo, o Estado, não é entendido aqui como um agente neutro, ele atua no intuito de ocultar os antagonismos entre as classes, serve aos interesses burgueses e, por conseguinte,

aumenta a exploração sobre classe trabalhadora (assalariados e camponeses) para garantir a produção de mais-valor.

O Estado, como comitê executivo da classe burguesa, acaba por precarizar ainda mais a condição do camponês, “as salvadoras políticas públicas” se mostram como mais um mecanismo de perpetuação da pobreza e de enfraquecimento da classe camponesa.

Na condição sociometabólica do capital, o Estado é fundamental como arquiteto da construção/divulgação da ideologia capitalista e germinador da semente do capital (mecanismos de extrair sobre trabalho). Ele perpetua a produção da maisvalia oferecendo condicionantes infra-estruturais (financiamentos e obras diversas – apropriadas privadamente) e na dimensão jurídico-política e ideológica (o controle do poder político é imprescindível para qualquer empreitada relativa à reprodução das relações de produção (DUTRA JÚNIOR, 2008. p 12).

O interesse do Estado em proteger os interesses burgueses se faz presente no campo com Políticas como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). Tais políticas nascem com o discurso de desenvolvimento para o campo, uma forma de acabar com a miséria rural, garantindo assim a permanência de pequenos agricultores na terra. O discurso de melhoria de vida para os chamados “pequenos produtores” mascara os reais interesses do reordenamento territorial promovido pelo capital no campo. Conceição (2007) ainda ressalta que o PRONAF tem mantido os desprovidos de terra excluídos da permanência nela, já que o crédito só é concedido à aqueles que detêm propriedades. Essas são tomadas como a garantia dos empréstimos e ao final, caso não se honre com os pagamentos, o risco da expropriação da terra de trabalho torna-se sempre eminente.

Ao final do processo, o nível de sujeição da renda camponesa ao capital é tão evidente que esses, e suas famílias, precisam obter resultados significativos no processo de trabalho, ocasionando sobrecarga de trabalho dos membros da família, ou mesmo adoecimentos, de forma de se possa extrair renda o suficiente para pagar a parte do capital financeiro (sob a forma de juros), do capital produtivo (insumos, maquinários, instrumentos de trabalho, etc) e ainda obter o mínimo para a sobrevivência.

Diante de sua reprodução ampliada, o capital engloba todos os setores da produção – incluindo a agricultura – assim, o trabalho é transformado em mercadoria, se tornando cada vez mais trabalho abstrato, mas o capital se assegura de que algumas relações concretas sejam mantidas. “Existe um favorecimento do trabalho abstrato e uma precarização cada vez maior das formas mais tradicionais de trabalho” (ANTUNES, 2008). Porém as formas tradicionais não deixam de existir. A reprodução ampliada do capitalismo é essencialmente contraditória, ao mesmo tempo em que transforma a maior parte do trabalho em mercadoria, conserva algumas relações não capitalistas que são necessárias a essa reprodução.

As migrações de trabalhadores, como um todo, não são apenas meros deslocamentos territoriais, não partem de uma vontade do trabalhador, mas se de uma necessidade. No caso dos camponeses, é fruto do processo da expropriação, é o trabalho que está se movendo de acordo com as necessidades do capital. As configurações da mobilidade do trabalho camponês não acontecem de forma idêntica ao trabalho assalariado, são consequência de um longo processo de lutas e das novas formas de organização entre campo e cidade, como será visto a seguir

As atuais configurações do campesinato foram delineadas há muito tempo. Desde o início dos primeiros cercamentos nas terras comunais, os camponeses começaram a sentir os efeitos das expropriações. Tal processo, aliás, vem marcando a reprodução da classe, que freqüentemente é desterritorializada de sua terra de trabalho devido às configurações do capital. Nesse sentido, a história da classe camponesa sempre foi marcada por expropriações e, conseqüentemente, por migrações

Como foi ressaltado anteriormente, o Estado é o comitê executivo da classe burguesa, logo qualquer ação que parta desta instituição terá como objetivo desarticular a classe trabalhadora. No caso específico do Nordeste Brasileiro, as políticas de Estado adotaram o discurso de mitigação dos efeitos da seca, destacando que a natureza era o único empecilho para o desenvolvimento da região. Nesse sentido, a política desenvolvimentista das últimas décadas criou o ideário do Estado progressista que buscava o crescimento nacional priorizando a classe trabalhadora.

Há, portanto, que analisar com realismo as políticas públicas, suas finalidades e conseqüências. Há que ir para além do discurso fácil e apologético do *status quo* na análise das finalidades reais e das

realizações do Estado de Bem-Estar. Todos os dados encontrados indicam que as políticas públicas do Estado de Bem-Estar, voltadas ao desemprego, aos idosos, ao racismo e à xenofobia, à saúde, à educação, às crianças e adolescentes, afirmam o predomínio da lucratividade e da estabilidade do sistema do capital sobre toda e qualquer outra consideração. Tal como antes dos “30 anos dourados” e tal como depois, nos anos de neoliberalismo. (LESSA, 2013, p.87-88).

No campo, o ideário desenvolvimentista agiu de modo a tentar apagar todo o histórico de extermínio da classe camponesa. O campo deveria seguir em frente, se tornar moderno e apagar o passado. Assim sendo, foi vendida a ideia dos subsídios, dos financiamentos, da transição da monocultura. Mas qual o preço a ser pago pela modernidade? Tais políticas objetivavam, sobretudo, a disseminação do agronegócio. Colocaria em competição no mercado a produção familiar com a agricultura em larga escala dos latifúndios, desse modo, os “agricultores empreendedores” não teriam outra escolha a não ser diminuir, substancialmente, o preço da produção, gerando um ciclo vicioso de dívidas e novos subsídios.

As políticas desenvolvimentistas ofereciam uma saída à “violência” camponesa, era o caminho para a paz no campo. Não cabia a agricultura moderna e empreendedora lutar pela terra. Para se desenvolver, o camponês deveria abandonar o histórico de barbárie e atraso.

As políticas de Estado tratam o camponês como algo ultrapassado que remete ao atraso e a pobreza, corroborando a ideia de que o modo de vida tradicional destes sujeitos deve ser superado por aqueles que almejam o crescimento no campo. A luta pela terra, a reforma agrária e a concorrência com o agronegócio não são mencionados. Como se o processo de “conversão” em agricultor familiar acontecesse sem conflitualidades, não envolvendo linhas de crédito, dívidas com Bancos e metas de produção a serem cumpridas.

As políticas públicas objetivam consolidar o processo de “conversão em agricultor familiar”, prometem o moderno, o rompimento com o passado, onde se produzia pouco e apenas para consumo próprio. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) traz como proposta base a discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infra-estrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Para

Mendonça e Thomaz Junior (2005) a ideia do desenvolvimento rural (local) seguido dos adjetivos humano, solidário, sustentável etc., forja os elementos que vão soldar os interesses centrais da sociedade produtora de mercadorias, na qual subjaz a lógica da rentabilidade, da concorrência e do controle social pelo capital.

Anunciando a inclusão da unidade familiar, via adoção de políticas de reordenamentos territoriais em sintonia com o modelo de financeirização, a linha de crédito do PRONAF tem mantido os mais pobres, os desprovidos da terra, excluídos da possibilidade de permanência nela, já que as exigências bancárias só têm permitido acesso aos recursos do programa de crédito, para quem detém a propriedade ou que pode penhorar bens. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 83).

No caso específico da zona rural de Candiba, os camponeses não se adéquam às exigências de produtividade do PRONAF. O município enfrenta uma estiagem de mais de cinco anos, e a produção agrícola vem sofrendo em consequência disso, haja vista que, os camponeses entrevistados, em sua grande maioria, não têm condições financeiras de arcar com outros meios de irrigação como poços artesianos, por exemplo. Assim sendo, a produção familiar fica completamente dependente do regime de chuvas. Diante da pouca produção dos últimos anos, o PRONAF que tem como o discurso, justamente, aumentar a renda da família agrícola, passou a negar a concessão de crédito.

Assim que “interei” a idade para conseguir o empréstimo do banco, 21, meus pais já pediram pra eu fazer. Aqui em casa todo mundo deve alguma coisa pro banco, é difícil pagar, mas agente vai dando um jeito. (Jovem camponês entrevistado, morador da Comunidade de Lagoa dos Prates, Candiba, 2022).

O PRONAF reforça o discurso de modernização do campo, propagando a melhoraria as condições materiais dos “pequenos agricultores, ou agricultor familiar”. Como já foi visto, o Estado jamais utiliza a nomenclatura “camponês”. Entretanto, a famigerada modernização do campo almeja o crescimento do agronegócio em detrimento da pequena produção familiar, o pequeno produtor ou agricultor empreendedor, fica a mercê das empresas de subsídios agrícolas e do endividamento. O “campo moderno” é desigual e excludente, é mais um mecanismo para a monopolização do capital no campo.

A lógica do PRONAF se contrapõe as formas de reprodução camponesa, ou seja, a questão não é apenas a dificuldade no acesso, mas, sobretudo, o que o programa representa como negação ao modo de vida. O camponês deixa de produzir para a família, para produzir para o mercado, subsumindo o uso a troca.

O seguro estiagem e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) são alguns dos exemplos dos desdobramentos das políticas estatais no campo. O seguro estiagem, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2015), é um benefício federal para famílias de agricultores familiares com renda mensal de até dois salários mínimos e que residam em áreas atingidas por desastres, em estado de calamidade pública ou de emergência. As famílias beneficiadas recebem um valor em dinheiro (de acordo com a região), dividido em parcelas mensais de, no mínimo, R\$ 80. É notório que há todo um discurso enfatizando a questão física como a maior dificuldade para o “desenvolvimento rural”, os conflitos e as contradições sociais, as heranças coronelistas e o controle sobre a propriedade privada da terra não são colocados em pauta no desenvolvimento dessas políticas. Obviamente, a estiagem é um problema para a reprodução do trabalho camponês, entretanto não há como atribuir apenas à seca a pobreza existente no campo. Analisando apenas por este prisma, não haveria miséria para os camponeses de localidades com um regime regular de chuvas, ou seja, a precariedade das condições de vida no campo origina-se, principalmente, da histórica política latifundiária adotada no país.

Assim sendo, o PRONAF tenta reverberar na produção camponesa os princípios do agronegócio e do latifúndio para conseguir capitalizar a renda da terra camponesa. Programas como este, desconsideram as configurações da produção familiar camponesa, almejando invalidar o modo de vida destes sujeitos. O PRONAF induz a idéia de um campo homogêneo, sem conflitos ou contradições, onde todos os produtores estão em pé de igualdade e são favorecidos de igual modo pelo Estado.

Faz-se crer, desse modo, que as políticas públicas, que tendem (na sua concepção prática) a apenas reforçar e consolidar as forças de mercado, sem levar em conta a presença de um contexto heterogêneo e desigual, podem dar lugar aos impactos negativos sobre as condições de vida e de trabalho da população, notadamente nas regiões mais atrasadas tradicionais e de menor “capacidade de competitividade”(LISBOA; 2007, p 40).

As Políticas Públicas se inserem no campo mascarando os reordenamentos das configurações da divisão social e territorial do trabalho sob o discurso dos novos paradigmas da modernização tecnológica como reguladores do espaço através das relações de trabalho, tendo como propósito uma nova reestruturação produtiva (CONCEIÇÃO 2007). As políticas públicas de financiamento para o campo trazem novas formas de organização que pouco ou nada contribuem para a permanência camponesa, elas engessam a produção e só servem aos interesses dos Bancos.

No âmbito da Mobilidade do trabalho, essas novas configurações trazidas pelas políticas de Estado acirram o processo de desigualdade no campo, por se tratar de projetos que favorecem o avanço do agronegócio. O processo de reestruturação produtiva no campo é acelerado, a flexibilização das formas de trabalho são inseridas no espaço rural gerando situações mais perversas de mobilidade, exacerbando os conflitos e as contradições no campo, ao invés de minimizá-las.

3.3 Jovens camponeses de Candiba/BA e a precarização das condições de vida via mobilidade do trabalho

Os camponeses do município de Candiba, logicamente, são parte do processo de reprodução ampliada do capital, que mesmo não os expropriando totalmente, impõe novas formas de organização, tornando a sobrevivência somente através do trabalho familiar na agricultura praticamente impossível. A mobilidade do trabalho no município é uma explícita forma de submissão e negação com o capital, onde os camponeses praticam o trabalho assalariado temporário como uma estratégia para permanecer na terra. Assim, garantem a reprodução da família tanto por meio do trabalho direto praticado na terra, quanto por meio da mobilidade e a venda da força de trabalho, em atividades no campo e nas cidades. Mas, ao passo em que essa realidade se apresenta como uma forma de reprodução camponesa e, ao mesmo tempo, e dialeticamente, de submissão ao capital, não se pode desconsiderar a degradação das condições de vida do campesinato brasileiro, realidade que também se observou no município de Candiba, vez que além da jornada de trabalho praticada na unidade produtiva camponesa (em geral ampla e fadigante) esses sujeitos ainda tem que mobilizar sua força de trabalho para produz diretamente valor.

Portanto, a busca do trabalho assalariado, via mobilidade do trabalho, não se configura em uma possibilidade de escolha, ou melhoria e modernização das relações no campo, como querem fazer acreditar os idealistas da pluriatividade, quando, concretamente, se configura na ampliação da jornada de trabalho, no extremo desgaste físico desses sujeitos, e em uma baixa remuneração que não é capaz de reverter o quadro de dificuldades que as famílias vivem nas unidades de produção camponesas. As entrevistas realizadas no município de Candiba/BA, que apontaram para um aumento da saída consecutiva desses camponeses, inclusive dos jovens, em direção ao trabalho remunerado fora da propriedade, permitiram concluir que essa ação se dá meramente por necessidade de sobrevivência, não se observando melhorias mais significativas em suas condições de vida ao longo dos anos.

No entendimento teórico do processo de reprodução da classe camponesa em Candiba/BA é plausível destacar que esses não existem em um sentido único – aquele sujeito isolado de toda a amplitude da realidade social mais ampla. Por intermédio da pesquisa de campo, foi possível constatar que mesmo que a produção rural do município não esteja inserida tão diretamente aos grandes circuitos produtivos do agronegócio, há o processo efetivo de sujeição da renda camponesa, quer seja pelo controle da produção – sobretudo com a difusão do cultivo do algodão, quer seja via incrementos creditícios e produtivos, que também veem a representar formas de reprodução ampliada do capital financeiro e produtivo no campo. Para tanto, observou-se que todo o ideário difundido pelo Estado, por meio das políticas públicas, foi fundamental nessa forma de inserção subordinada do campesinato local. Esses também contribuem com o processo de acumulação mediante mobilidade do trabalho e disponibilização de suas forças de trabalho para produzir valor.

Conforme já destacado, esses sujeitos movem sua força de trabalho principalmente para a safra da cana-de-açúcar, sobretudo em direção ao estado de São Paulo e para a colheita do café no Norte de Minas. Essa mobilidade acontece, via de regra, de junho a dezembro. No período de chuva, eles retornam para o trabalho na terra, onde plantam e colhem. Vivem, em média, 6 meses do ano em cada espaço, se reproduzem quer como camponeses, quer como trabalhadores remunerados, mas, em geral, não se observou casos de saída definitiva da terra de trabalho.

Nos períodos em que se deslocam da comunidade para vender sua força de trabalho, um dos prejuízos apontados principalmente pelos jovens camponeses

entrevistados foi o abandono das aulas, o que acaba ocasionando em atrasos no calendário escolar e mesmo reprovações consecutivas.

Quando eu comecei a ir para a colheita de café, ainda estava no colégio, tinha 18 anos, faltei 3 meses de aula. O trabalho é bem difícil, a comida é a pior parte, muito ruim. Mas, o dinheiro ajudou bastante (Jovem campones, morador da comunidade de Lagoa do morro – Cndiba- 2022)

Nos estudos sobre o campo brasileiro são frequentes os relatos de condições degradantes de trabalho, péssimos alojamentos, alimentação fornecida muito ruim, quando não é o próprio trabalhador que depois de uma jornada extensiva de trabalho ainda tem que providenciar o próprio alimento do dia seguinte; contaminações por agrotóxicos (em que muitas vezes o alojamento de pessoas e insumos ocorrem no mesmo lugar, dentre outras situações. Como relatado no depoimento do jovem acima, às condições de trabalho em geral são pesadas, o pagamento é realizado com base na produção e produtividade do trabalho. Se o trabalhador, porventura, adoecer, não recebe remuneração. Portanto, com base na realidade concreta, a mobilidade do trabalho se faz por absoluta necessidade, não se configurando em melhorias significativas na vida dos migrantes.

Verifica-se que o trabalho assalariado em grandes fazendas compõe um grande arcação de precarização da vida do jovem campones que, desde cedo, se vê na obrigatoriedade de vender a força de trabalho em condições insalubres. Ao contrário de ser um sinônimo de liberdade, como querem os economistas políticos clássicos e neoclássicos, a mobilidade do trabalho significa, no contexto do sistema de produção capitalista, controle social, submissão e escravidão (GOMES, 2009). Mesmo sendo detentor de um pequeno pedaço de terra, o camponês não consegue garantir a sobrevivência somente através da produção familiar, buscando outras formas de trabalho para continuar na terra.

Na América Latina, a reprodução social do campesinato nunca esteve em situação tão crítica. Muitos camponeses são mantidos num estado permanente de semi ou sub-proletarização, em condições de trabalho extremamente precárias, seja no campo ou na cidade. O trabalho temporário no corte da cana no Brasil é um exemplo dessa situação. Isto ocorre seja porque o recurso ao trabalho assalariado é o que permite ao camponês manter a posse da terra, seja porque é a alternativa encontrada para a obtenção da renda necessária para o seu sustento (MARQUES, 2008, p. 56).

Mas, como apontado pela autora, e constatado pela pesquisa empírica realizada em Candiba/BA, não dá para romantizar esse processo de mobilidade do trabalho. Trata-se, efetivamente, de uma liberdade do capital, que dispõe dos corpos e mentes de milhares de trabalhadores em busca do assalariamento, não dos camponeses pobres que não têm nenhuma opção em não se sujeitar. Apontar esse processo como uma pluriatividade positiva para o sujeito que trabalha não passa de ilação idealista, ou desonestidade intelectual.

Os camponeses de Candiba/BA podem ser compreendidos como sujeitos que deixam a terra temporariamente, mas sem perder o vínculo ou a vontade de resistir na mesma. O assalariamento temporário é condição para que sua reprodução seja mantida. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar (OLIVEIRA, 2007). É o que demonstrar o depoimento a seguir.

Fiz o curso técnico em agropecuária no If Baiano de Guanambi, saí com 19 anos e fui trabalhar em uma fazenda de algodão em São Desidério, a adaptação foi muito difícil, o trabalho era muito pesado e eu ganhava um salário mínimo, as vezes ficava mais de 12 horas monitorando pragas na roça. (Jovem camponês entrevistado, morador da comunidade de Lagoa da Pedra/Candiba-BA, 2022).

No depoimento anterior é evidenciado que mesmo após um curso técnico, o jovem camponês não encontra meios de permanecer trabalhando na unidade produtiva familiar, o assalariamento em grandes fazendas, mais uma vez, torna-se uma obrigação para a sobrevivência. Mas, não é essa a realidade de todos os jovens das comunidades entrevistadas, que sequer tiveram a oportunidade da qualificação para o trabalho e, em geral, só se inserem em trabalhos temporários, sem carteira assinada e mesmo direitos trabalhistas, cujos principais destinos observados foram as colheitas de cana-de-açúcar (em São Paulo) e café (no estado de Minas Gerais). A cana-de-açúcar é a matéria-prima para a produção de etanol e junto com o café, se configuram em grandes *commodities* do agronegócio brasileiro, levando-nos a afirmar que também sai das mãos desses camponeses parte da riqueza obtida por esses ramos do agronegócio.

Este processo é, portanto, forma de luta e precarização, dialeticamente, onde o camponês consegue manter-se na terra, mas é intensamente explorado pelo capital (FIALHO, 2013). Há uma relação de sujeição/negação com o capital, o camponês se

submete às necessidades do capital quando move sua força de trabalho, ao passo que, utiliza da mobilidade para conseguir sobreviver unicamente do trabalho com a terra.

No que se refere às diferenças entre trabalhar na própria terra e sair para outros locais, os jovens camponeses são enfáticos em dizer que trabalhar fora é exaustivo. A saída provisória do local de origem só é feita por conta da necessidade, pois a sobrevivência se torna difícil nos meses de seca, principalmente para aqueles que dependem unicamente da chuva, não contando com nenhuma outra forma de irrigação. Os entrevistados apontaram também uma série de dificuldades para a adaptação longe da família e, muitas vezes, em condições insalubres de trabalho e acomodações.

Comecei a trabalhar em casa de família com 16 anos, trabalhava um período e estudava em outro. Na época, ganhava 300 reais, era pra ajudar meus pais nas contas de casa. (Jovem Camponesa entrevistada, moradora da Comunidade de Lagoa da Pedra - Candiba/BA, 2022).

O jovem camponês fica sujeito a diferentes formas de exploração em razão da insuficiência da unidade produtiva familiar. Assim sendo, ele é forçado a se adaptar a uma organização de trabalho completamente diferente à sua, para garantir a sobrevivência da família. Foi perceptível, também, se verificar o estranhamento desses sujeitos em outros tipos de trabalho e ambientes. Os jovens camponeses além do apego a terra e a família, tem uma vida mais pacata no campo e muitas vezes apresentam dificuldades de se adaptar nos locais de destino da venda da força de trabalho. Outra questão que ficou evidente nas entrevistas foi o sentimento de perda do controle do trabalho, algo que não é parte da lógica camponesa. Posto que, em sua unidade produtiva, é o próprio camponês quem estabelece sua rotina de trabalho, controlando, em geral, todas as fases do processo. No dia que pode, estende a jornada de trabalho, no dia que possui outras demandas, trabalha menos na unidade produtiva, sem prejuízos diretos nos resultados da produção. No trabalho remunerado não, não tem controle nenhum sobre o processo do trabalho e tem que se submeter ao que a empresa determina.

Ressalta-se ainda um outro aspecto bastante relatado pelos entrevistados – que foi o prologamento da jornada de trabalho, quando da realização de trabalho remunerado. Faz parte da lógica do capital ampliar a jornada de trabalho, aumentando

suas margens de mais valor relativo; bem como investir em recursos tecnológicos que dispense ou torne mais produtivo o própria trabalho, aumentando as margens de mais valor relativo. No caso dos trabalhadores que não possuem remuneração fixa, percebe-se um processo de exploração ainda maior, já que a ampliação da jornada de trabalho – que interessa ao capitalista ou proprietário fundiário – é colocada na conta do trabalhador, como se fosse uma necessidade só sua. Isso ocorre porque eles trabalham, em geral, por produção; estendendo a jornada de trabalho à exaustão, para obter uma remuneração maior.

A luta pela sobrevivência e permanência na terra tem feito com que as camponesas também se submetam a trabalhos precários. Não se trata, portanto, de um mecanismo de emancipação dessas mulheres no mercado de trabalho, mas sim de uma das muitas formas perversas que o capital encontra para subjugar o trabalhador. Nos entrevistados mais antigos, ou mesmo em pesquisas acadêmicas que se obteve acesso, a mobilidade do trabalho camponês há algumas décadas atrás se dirigia mais para o homem, ficando as mulheres, em geral, responsáveis pelos cuidados com a unidade de produção e os filhos. A agudização das condições de vida vem mudando esse cenário, jogando as mulheres camponesas na roleta da busca constante pelo trabalho, na manutenção da família.

Não obstante, percebe-se a intensa mobilidade do trabalho no Brasil, diante do movimento constante de sua desrealização, que, por meio das diferentes modalidades da informalidade (parcial, temporário, domiciliar, subcontratado, terceirizado), se multiplica espacialmente por todos os quadrantes, à base de forte inserção feminina no mercado de trabalho, processo também denominado de feminização do trabalho (THOMAZ JUNIOR; p 328, 2008)

Nesse sentido, a inserção das camponesas jovens no processo de mobilidade não está associada uma forma de melhorar as condições de vida. As mulheres que se assalariam no corte de cana ou na colheita de café, relataram que as formas de trabalho são sub-humanas, ou seja, é uma questão de necessidade. A base da produção capitalista é centrada em fragilizar/precarizar trabalhadores e trabalhadoras para a obtenção de lucro.

Andrade apud Oliveira (1982) salientou que, o sitiante nordestino no período de estio, migra para a área açucareira para trabalhar nas usinas de moagem, deixando a guarda e a administração da gleba para a mulher. Tal realidade, já apresenta

configurações mais complexas nas comunidades de Candiba/BA, como já foi visto. A mulher também tem deixado a gleba para garantir o sustento da família.

Não há uma pretensão nesta pesquisa em discutir o mérito da divisão social do trabalho, ou a vulnerabilidade das mulheres frente a esta realidade, que também são questões cruciais para o entendimento das investidas do capital no campo. Mas, sim, ressaltar que as formas de precarização do trabalho camponês tornaram-se cada vez mais perversas com o avanço do capitalismo, redesenhando as configurações do modo de vida no campo.

A mobilidade camponesa dentro dos contornos da relação indissociável entre campo e cidade, toma a dimensão do trabalho acessório. Segundo Santos apud Oliveira (2007), o trabalho acessório é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa, e precarização do trabalho e da vida, ao mesmo tempo.

Comumente, os camponeses exercem alguma atividade informal na sede do município, essas atividades são chamadas de “bicos”. Entre os homens, é muito comum o exercício de ajudante de pedreiro, entre as mulheres o de doméstica (diarista). Eles e elas relatam que realizar esses tipos de serviço é muito menos penoso que o corte da cana ou a colheita de café, apesar de todas as dificuldades.

Não há qualquer tipo de segurança ou formalidade nesses trabalhos realizados pelos camponeses, é mais uma forma de sobrevivência para que o modo de vida não seja perdido. Seja na estiagem, ou em um ano de pouca produção.

Estes sujeitos saem em busca das mais variadas formas de assalariamento. Mas, estas formas de trabalho constituem perversos modos de precarização para garantir as formas de sujeição do campesinato, mantendo a estrutura fundiária e as desigualdades sociais vigentes.

A manutenção de tal estrutura é corroborada pelo Estado, de modo a sujeitar a produção camponesa aos interesses capitalistas. Nesse sentido, as políticas de Estado partem do princípio de assegurar o avanço do capital no campo, facilitando os mecanismos de precarização e desvalorização do trabalho camponês, acelerando o processo de mobilidade da força de trabalho, jogando-os no movimento mais intenso

de acumulação do capital, o qual o campo, e a realidade de Candiba/BA, não se encontra estancado.

4 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITALISMO: AS REFORMAS NEOLIBERAIS NO ESPAÇO AGRÁRIO E A SAÍDA DOS JOVENS DO CAMPO EM CANDIBA/BA.

4.1 As reformas neoliberais e os impactos na reprodução camponesa

A aposentadoria rural constitui um dos mais importantes meios para contenção do avanço da fragmentação da unidade produtiva familiar, por vezes se trata da única renda estável dos camponeses, principalmente nos períodos de estiagem. Essa acaba sendo uma presença muito constante no campo brasileiro, e em Candiba/BA não seria diferente, sendo fundamental na manutenção das famílias cujos membros mais velhos já encontram-se mais cansados para a realização de determinadas atividades do campo que exigem grande esforço físico. Nesse processo, a garantia desse direito acaba por fazer parte da economia dessas famílias camponesas, podendo representar, ainda, possibilidades de melhorar a produção e o trabalho familiar no campo, sobretudo em períodos de crise e escassez.

As famílias camponesas, como dito anteriormente, costumam ser numerosas, a família multigeracional é um aspecto comum neste contexto, não se trata de um conceito pós-moderno, mas de mais um mecanismo de garantia da sobrevivência. O salário mensal assegura as necessidades básicas daqueles que residem em conjunto, sendo complementada, ainda com os resultados do trabalho na unidade de produção e o trabalho realizado fora (remunerado) se for o caso. Portanto, são elementos que, em conjunto, garantem a reprodução social da família, consolidando a ordem moral camponesa, tal qual trazida por Thompson (2004), fundamentada na unidade terra-trabalho e família, posto que, embora o benefício seja direcionado a um indivíduo que adquiriu o direito a ela, acaba por funcionar e beneficiar toda a família, principalmente no suprimento de alimentos e outras necessidades fundamentais a reprodução de seus membros.

A produção familiar rural é crucial para o entendimento da necessidade da seguridade para os camponeses idosos. A dinâmica do trabalho no campo, sendo diferenciada da dinâmica do assalariamento, necessita de uma seguridade especial, seja pelo exercício de atividades exaustivas, seja pelo fato de que a maioria do camponeses inserem-se no trabalho do campo ainda muito jovens (muitos ainda crianças), sendo mais um meio de contribuição para a produção familiar.

Souza (2008), em seus estudos sobre o campesinato, aponta que o objetivo central da produção é a manutenção da família. O assalariamento temporário serve como complementar a renda familiar, assim como a aposentadoria. Assim sendo, aponta-se que os camponeses mais velhos, frequentemente, em função da aposentadoria, conseguem permanecer na terra de origem, no entanto, os mais jovens saem à procura do assalariamento temporário, ou seja, ficam à mercê da informalidade e da precarização.

O avançar da hegemonia do agronegócio via expropriação, mesmo que indiretamente (fragmentação da unidade produtiva), acentua a lógica da produtividade na reprodução social camponesa. O meio de produção dos camponeses é parcialmente cooptado através da apropriação da renda da terra, o capital extrai o mais-trabalho no campo ao redirecionar pequena produção, dificultando as práticas tradicionais. Assim sendo, a lógica da monocultura, dos transgênicos e agrotóxicos vai inserindo-se a base de endividamento e subordinação.

Ao perder, ainda que parcialmente, o controle da produção, o camponês se torna “livre” para a extração de mais-trabalho. A mobilidade insere-se aí como uma forma de sujeitar trabalhadores camponeses às mais variadas maneiras de flexibilidade do trabalho. Manter camponeses sob constantes deslocamentos, aliado ao caráter da informalidade, garante o controle da produção desses sujeitos, pois a precariedade em sua condição estrutural avança nas mais diversas frentes: subordina para gerar a mobilidade, e desloca os trabalhadores para garantir a subordinação. Obviamente, não podemos perder de vista as muitas formas de resistência do campesinato, seja entre as organizações dos expropriados, seja no controle parcial dos meios de produção.

Diante das observações anteriores, nota-se que a aposentadoria pode ser um fator para a permanência das famílias no campo, entretanto com a atual Reforma Previdenciária, aprovada no ano de 2019, esse cenário pode vir a ser modificado. Embora a PEC 06/19 não modifique o tempo de contribuição e a idade mínima para a aposentadoria rural, ela burocratizou ainda mais o processo. É importante ressaltar que a proposta inicial de tal Reforma era aumentar tanto a idade mínima quanto o tempo de contribuição da aposentadoria rural, entretanto devido a forte mobilizações de setores do campesinato, sobretudo ligados aos movimentos sociais, garantindo a permanência do tempo mínimo de contribuição em 15 anos, embora tenha ocorrido

outras mudanças que, em médio e longo prazo, pode acarretar em dificuldades concretas para as famílias camponesas, diante de um quadro de dificuldade em tocar a produção, adquirir melhorias e, até mesmo, dado acesso a trabalho em geral precarizados, de baixa remuneração e sem registro formal.

Apesar dos requisitos etários e de tempo de contribuição para concessão do benefício de aposentadoria por idade para as populações rurais, salta aos olhos as alterações da principiologia que sempre orientou a organização do sistema de seguridade social e da própria previdência. Serão excluídos do texto constitucional, a título de exemplo, a obrigação constitucional de financiamento da Seguridade Social. (LBS ADVOGADOS, 2019, p.23).

Ainda vale ressaltar que a Reforma da Previdência deixou a cargo do Ministério da Agricultura, órgão tão distante da maioria dos camponeses, a emissão das declarações de tempo de serviço.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2023, a comprovação da condição e do exercício da atividade rural do segurado especial ocorrerá, exclusivamente, pelas informações constantes do cadastro a que se refere o art. 38-A desta Lei.

§ 2º Para o período anterior a 1º de janeiro de 2023, o segurado especial comprovará o tempo de exercício da atividade rural por meio de auto declaração ratificada por entidades públicas credenciadas, nos termos do art. 13 da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e por outros órgãos públicos, na forma prevista no regulamento (BRASIL, Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019).

A mobilidade de trabalhadores, como um todo, não são apenas meros deslocamentos territoriais, não partem de uma vontade do trabalhador, como já apontado, mas sim de uma necessidade. No caso dos camponeses, é fruto do processo da expropriação e da apropriação da renda terra, é o trabalho que está se movendo de acordo com as necessidades do capital. As configurações da mobilidade do trabalho camponês não acontecem de forma idêntica ao trabalho assalariado (o camponês precisaria ser liberto dos meios de produção para ser inserido em tal lógica), mas não é essa a sua principal forma de reprodução social. Essa é garantida por meio de um longo processo de lutas e das novas formas de organização entre campo e cidade. Posto que, conforme já apontado nesta pesquisa, diante do avanço do capital e as dificuldades de reprodução camponesa apenas por meio do trabalho no campo, a mobilidade do trabalho torna-se uma realidade concreta; e com ela,

entendemos que o campesinato passa a ter uma trajetória cada vez mais marcada pela relação entre o campo e a cidade. Portanto, o fato de estar no campo não exime esse camponês de realizar deslocamentos para os espaços urbanos e de estabelecer nesses espaços outras relações de trabalho, ainda que temporárias. Esse cenário real, que também se faz costumeiro da realidade dos camponeses de Candiba/BA, pode vir a representar maiores dificuldades no processo de aposentadoria e a garantia da seguridade social, vez que as regras para trabalhadores do campo e das cidades é bem diferente e o tempo de contribuição mínima do segundo é maior. Então, se esses trabalhadores possuem em seus registros de trabalho tanto a realização de atividades no campo, como de trabalhos urbanos, ainda que esporádicos, qual a regra que valeria para a concessão de seu direito enquanto trabalhador? Essa questão será retomada a seguir.

Além disso, dada a condição de profunda instabilidade econômica na qual a maioria do campesinato se reproduz no campo brasileiro, realidade que se configura também no município de Candiba/BA, a legalização desses registros são mais difíceis, dificultando a concessão do benefício quando adquirido o tempo e idade mínima para a sua solicitação. Essa é uma realidade que certamente agrava as condições de reprodução da família camponesa, posto que ao adquirir a idade, esses trabalhadores já se encontram bastante cansados, fadigados, pelo rotina dura de trabalho, senão com graves problemas de saúde. A dificuldade no acesso à aposentadoria ou mesmo a não concessão desse direito acaba se tornando um suplício na vida dos camponeses e sua família. É o que relata um dos depoimentos coletados em pesquisa de campo a seguir.

(...) vem sendo muito difícil essa luta por aposentadoria, tenho 62 e ainda não consegui, o INSS sempre fala que falta provas de que eu trabalhei a vida inteira na roça, não sei mais como fazer isso. Só fui conseguir registrar a terra do meu marido em 2015, mas estamos aqui desde a década de 1980, os depoimentos dos vizinhos, os registros na associação de moradores não servem. (Camponesa entrevistada, moradora da comunidade de Lagoa da Pedra - Candiba/BA, 2022).

Importante ressaltar que com a implementação da Reforma da Previdência de 2019 (EC 103/19), o tempo mínimo de comprovação de atividade trabalhista é de 180 meses (ou 15 anos), não sendo obrigatório o pagamento de INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), e idade mínima de 55 anos para a trabalhadora rural mulher e 60 anos para o trabalhador homem. De acordo com o depoimento da camponesa

entrevistada acima, aparentemente, a mesma adquiriu o direito à aposentadoria a 7 (sete) anos, mas até o momento, aos 62 anos não teve o benefício concedido. Lamentavelmente essa é uma realidade muito comum no campo brasileiro⁵, e em Candiba/BA não é diferente, ocasionando no agravamento das condições de vida de centenas e milhares de famílias camponesas. Para os trabalhadores rurais homens, a idade mínima para solicitar a aposentadoria é de 60 anos.

Mas, o preciso considerar uma questão muito importante já apontada por este texto dissertativo. A mobilidade do trabalho e a realização de trabalhos rurais alternados com trabalhos urbanos agrava ainda mais a situação previdenciária dos camponeses. Isso porque ele passa a ser sumariamente enquadrado no formato de aposentadoria híbrida, seguindo os mesmos parâmetros da aposentadoria com base em trabalhos urbanos, cuja idade mínima para a solicitação para mulheres é de 60 anos e para trabalhadores homens de 65 anos, um acréscimo de 5 anos que pode representar uma situação de penúria para aqueles que trabalham desde muito jovens e já encontram-se muito desgastados quando chegam a uma certa idade. É importante ressaltar que o tempo menor para aposentadoria de trabalhadores rurais não se constitui nenhum privilegiamento, pois todos os critérios são estudados e se referem, também, ao tipo de trabalho, predominantemente braçal e pesado que desenvolvem ao longo da vida. De igual modo há uma diferença entre o gênero masculino e feminino, o que se deve a carga horária semanal do trabalho feminino ser maior que os trabalhadores homens, por conta da quantidade de horas de trabalho doméstico que desempenha⁶.

⁵ De acordo com a reportagem do Repórter Brasil, devido ao endurecimento provocado pela implementação da Reforma da Previdência (EC103/19) subiu para 31% o número de pedidos de aposentadorias rurais negadas no Brasil, que só nesse ano (2019) atingiu 261 mil vetos. No ano de 2018, foram 199 mil vetos. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/03/governo-nega-aposentadoria-a-260-mil-trabalhadores-rurais-em-2019-recorde-da-decada%EF%BB%BF/#:~:text=Em%202019%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,ante%20199%20mil%20em%202018.>

⁶ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a mulher brasileira trabalha 5 horas semanais a mais que os homens. O tempo é calculado levando em consideração a jornada fora e dentro de casa, o que inclui as atividades domésticas. Segundo os dados, os homens trabalham 43,4 horas por semana fora de casa e 9,5 horas em casa, enquanto as mulheres possuem uma jornada de 36 horas no mercado de trabalho e 22 horas em casa. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/reverso/jornada-dupla-ou-tripla-de-trabalho-sobrecarrega-mulheres/>

O depoimento da camponesa entrevistada em Candiba/BA, elucida uma constatação da luta dos camponeses que, via de regra, não possuem o registro formal das terras, pois a unidade de produção familiar é oriunda de herança, dificultando ainda mais o processo de aposentadoria. Assim sendo, os meios de sobrevivência ficam subordinados a um processo de precarização.

Dentre todas as famílias pesquisadas, menos de 10% detinham a posse legal da terra. Desse modo, apesar de residirem há décadas no local, poucas pessoas legalizaram a situação. Como no município não há uma clara expansão do agronegócio, os camponeses não vivem na eminência da expropriação direta, as maiores dificuldades se concentram na própria reprodução da vida, que é ameaçada de outras formas pelo capital.

Uma das formas do capital sujeitar a reprodução camponesa no município é feita mediante a mobilidade do trabalho. Foi constatado que todos os camponeses que movem sua força de trabalho durante parte do ano partem da necessidade de garantir que a permanência na terra não seja ameaçada. A mobilidade do trabalho não parte da vontade do trabalhador, mas sim das condições de precarização que são impostas pelo capital. Os entrevistados que se assalariam durante parte do ano (principalmente na colheita do café, em Minas Gerais e na colheita da cana de açúcar em São Paulo) alegam que o trabalho fora da terra é penoso e não é, sob nenhuma forma, uma escolha, mas sim uma obrigação.

A aposentadoria foi um sossego na minha vida e dos meus netos. Sem ela, a gente passava fome. Eles podem estudar despreocupados, não precisam ir para o café (V. P. D. Camponês entrevistado na comunidade Limoeiro – Candiba, 2017).

Faz parte da economia moral camponesa (THOMPSON, 2004) zela pela reprodução da unidade produtiva, do trabalho e das famílias. Assim, o muito comum que as aposentadorias dos indivíduos seja incorporada como parte da renda familiar, atendendo um conjunto maior de sujeitos, sobretudo filhos e mesmo netos de aposentados, como destacou o depoimento anterior. Assim, a aposentadoria, também, representa um meio de garantir que as novas gerações não sejam obrigadas ao assalariamento em colheitas de café, algodão ou em “bicos” nas cidades circunvizinhas. A negação desse direito perpassa pela lógica de acentuar as

contradições existentes no campo, deixando o espaço para os demais processos de precarização.

4.2 A mobilidade do trabalho de Jovens camponeses em Candiba dentro do ciclo de crises do capital.

O debate em torno do conceito de Mobilidade do trabalho está para além de uma questão migratória, um mero deslocamento, ela se materializa na relação Capital/Trabalho, pois o caráter móvel é condição necessária para que o trabalho se transforme, cada vez mais, em mercadoria.

A mobilidade como migração forçada do trabalho é entendida aqui sob a forma de mobilização das massas de trabalhadores desprovidos dos meios de produção nas esferas espacial e setorial, não se tratando, sob nenhum aspecto, de uma suposta “liberdade” do trabalhador em escolher para quais locais ou setores se deslocar.

O conceito de mobilidade é amplamente discutido, dentro das mais diferentes concepções metodológicas. Aqui, busca-se entender a mobilidade de trabalhadores dentro das contradições históricas da atuação da acumulação de capital. Posto isso, parte-se dos estudos de Karl Marx (1984) e Jean-Paul de Gaudemar (1977). Ambos criticam as concepções neoclássicas, que viam na mobilidade uma forma de equilibrar e mercado. Tanto para Marx quanto para Gaudemar, a mobilidade é mais uma forma de extrair mais-valor.

Marx não estabelece, necessariamente, um estudo sobre a mobilidade do trabalho, mas se debruçou sobre a análise da relação capital/ trabalho e sobre a circulação das mercadorias. A mobilidade está intrinsecamente ligada a essas questões. Marx faz uma estreita relação entre a mobilidade dos trabalhadores e a divisão territorial e social do trabalho, enfatizando o quanto isso é ameaçador e prejudicial a eles. Assim sendo, o trabalhador está sempre à beira de ser privado da sua forma de subsistência, sem seguranças ou garantias.

Desse modo, ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e não cessa de lançar massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção a outro.

A natureza da grande indústria condiciona, assim, a variação do trabalho, a fluidez da função, a mobilidade pluridimensional do trabalhador. Por outro lado, ela reproduz, em sua forma capitalista, a velha divisão do trabalho com suas particularidades ossificadas. Vimos como essa contradição absoluta suprime toda tranquilidade, solidez e segurança na condição de vida do trabalhador, a quem ela ameaça constantemente com privar-lhe, juntamente com o meio de trabalho, de seu meio de subsistência; como, juntamente com sua função parcial, ela torna supérfluo o próprio trabalhador; como essa contradição desencadeia um rito sacrificial ininterrupto da classe trabalhadora (MARX, 1984, p. 281).

Desse modo, a mobilidade é para Marx um dos novos arranjos do avanço do capital, se integrando ao processo de constante precarização. Assim sendo, o deslocamento de trabalhadores parte da necessidade de garantir as relações flexíveis de trabalho, dada à condição fluída da mobilidade.

Ao descrever as noções neoclássicas sobre oferta e demanda de trabalho, Marx satiriza a noção de equilíbrio do mercado pautado nas emigrações dos trabalhadores. Dessa forma, o que os muitos economistas enxergam como o equilíbrio entre a oferta e demanda do trabalho, na realidade é o próprio exército industrial de reserva pressionando a queda de salários.

O salário mais alto atrai uma parte maior da população trabalhadora para a esfera favorecida, até que ela esteja saturada de força de trabalho e o salário caia novamente para o nível médio anterior ou, caso o afluxo tenha sido grande demais, para um nível abaixo dele. Nesse caso, a imigração de trabalhadores para o ramo de atividades em questão não apenas é interrompida, como dá até mesmo lugar à sua emigração. Aqui, o economista político crê vislumbrar “onde e como”, com o incremento do salário, ocorre um incremento absoluto de trabalhadores e, com o incremento absoluto de trabalhadores, uma redução do salário, mas na verdade ele só enxerga a oscilação local do mercado de trabalho de uma esfera específica da produção, nada mais do que fenômenos da distribuição da população trabalhadora nas diferentes esferas de investimento do capital, conforme suas necessidades mutáveis. Nos períodos de estagnação e prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona o exército ativo de trabalhadores; nos períodos de superprodução e paroxismo, ele barra suas pretensões (MARX, 1984, p. 867).

Essa situação de mobilidade e dificuldade da classe trabalhadora de ter acesso ao trabalho, se agrava ainda mais com os efeitos mais diretos da crise estrutural e seu desemprego imanente. O desemprego estrutural faz com que a

classe trabalhadora assalariada se mova para diferentes lugares a procura de emprego. Para Gaudemar (1977) na mobilidade do trabalho assalariado, o trabalhador fica a serviço do capital e de suas crises periódicas, se deslocando de uma esfera produtiva para outra. Quando a utilidade dos produtos do trabalho é perdida, o caráter útil dos trabalhadores inseridos nesse processo também é perdido, assim as diferentes formas de trabalho concreto vão se desvanecendo dando lugar ao trabalho abstrato (MARX, 1984).

O trabalhador assalariado precisa estar subjugado ao capital, estar desprovido de qualquer possibilidade de realizar no/e pelo trabalho, isto é, a força de trabalho precisa ser móvel para manter os locais preparados para o capital (SOUZA, 2011). Nesse sentido, o trabalho móvel é uma das condições para a reprodução do capital, é que ele molda os espaços de trabalho de acordo com os seus interesses, dominando o trabalhador de todas as formas para assim extrair mais valor. No caso do trabalho assalariado, a liberdade do trabalhador é condicionada ao capital, ele pode se deslocar para onde o capital quer que ele se desloque.

A mobilidade do trabalho pode ser caracterizada pela submissão do trabalhador ao capital, pela transformação da força de trabalho em mercadoria. Essa dinâmica ocorre, sobretudo, com a idéia de trabalhadores “livres” que vendem sua força de trabalho, estes submetidos à regra acumulativa do capital, com a transformação da propriedade privada em mercadoria, movida pela busca do lucro (SOUZA, 2011, p. 183)

A liberdade e a necessidade do trabalhador móvel formam um par dialético. O indivíduo é livre de diversas formas no sentido de se assalariar, mas qual escolha tem senão fazê-lo? Dessa forma, ao se analisar tal realidade juntamente com a precarização do trabalho e com o exército de reserva, percebe-se que tais conceitos se unem na relação capital/trabalho, no sentido de enfraquecer a classe trabalhadora e garantir o processo de acumulação constante.

No contexto da precariedade do sujeito social que trabalha frente à hegemonia burguesa, o trabalho assalariado vai ganhando contornos cada vez mais flexíveis. Quando repassamos tal análise para o contexto de reprodução da classe camponesa, percebe-se que o processo se torna ainda mais contraditório, pois o “ideário de liberdade” difundido pela mobilidade não é assimilado integralmente pelo campesinato.

Vide que, tais sujeitos não estão totalmente libertos dos meios de produção, o que gera uma singularidade nas formas de mobilidade da classe em questão.

Gaudemar (1977) considera que o caráter móvel do trabalho é condição inerente para sua conversão em mercadoria. Tal mobilidade avança para muito além da esfera industrial, se faz presente, inclusive, na reprodução camponesa. As investidas do capital objetiva precarizar todos os trabalhadores (assalariados, camponeses, informais), não existindo categoria ou classe de trabalhadores “poupados” de tal processo.

Assim sendo, a mobilidade do trabalho é intrínseca à reprodução do capital, regulando os espaços de trabalho de acordo com os interesses burgueses, precarizando as formas de trabalho para extrair mais valor. No caso específico dos camponeses, não expropriados totalmente, nota-se a venda de sua força de trabalho de modo temporário, ora como bóias-frias no agronegócio, ora exercendo os mais variados tipos de trabalhos não agrícolas. Mas quase sempre retornando para trabalho em sua terra, resistindo e mantendo o vínculo com a mesma.

Neste sentido, a análise da mobilidade da força de trabalho camponesa está para além da questão dicotômica entre campo e cidade, é parte de processo de reordenamento das forças produtivas para assegurar a divisão territorial do trabalho e tornar o exército de reserva cada vez mais latente. Desse modo, ao exercer outras formas de trabalho e se assalariar, o camponês perde a sua condição de vida?

O questionamento anterior é recorrente quando se trata de mobilidade do trabalho camponês. Nesse sentido, se faz necessário entender as formas de inserção do camponês que, ainda se mantêm em sua terra, realizando o trabalho assalariado. O assalariamento é para garantir a própria sobrevivência, não partindo de uma vontade do camponês em complementar a renda, é, sobretudo, uma necessidade imposta pelo avanço do capital no campo, haja vista que tal avanço visa submeter todas as formas de organização social aos seus interesses.

O avanço da política do agronegócio, em seu contínuo processo de valorização do espaço, torna o campo brasileiro cada vez mais excludente, expropriando e precarizando as formas de trabalho da classe camponesa. Todo esse processo violento é corroborado e financiado pelo próprio Estado, o grande

agente de perpetuação do interesses burgueses. Desse modo, camponeses que vivem em constante conflito, direta ou indiretamente não encontram nenhuma forma de apoio no dito “Estado mediador”, devem assegurar sua permanência na união da própria classe, para tal, buscam as mais variadas formas de [R]existir na terra.

A mobilidade do trabalho camponês se relaciona diretamente com o processo de expropriação. Ao perderem a terra de trabalho, esses sujeitos migram, na maioria das vezes para centros urbanos ou para o trabalho no agronegócio. Em ambos os casos, o modo de vida é precarizado por motivos parecidos: Informalidade, trabalho e moradia precários, entre outros. Os camponeses são obrigados a migrarem, se precarizarem no mercado de trabalho nas cidades, deixando para trás toda uma vida, onde, na mobilidade do trabalho, acaba desagregando valores tão importantes para os mesmos (SOUZA, 2008). Assim sendo, eles são “libertos” do controle de seu tempo de trabalho, do seu chão, da sua terra. Camponeses não expropriados não estão imune a tal lógica perversa. A inserção dos sujeitos, que ainda mantêm a terra de trabalho, no processo de mobilidade acontece mediante as contradições do capita, que será explicitado mais adiante.

A mobilidade do trabalho de camponeses não expropriados, não é, simplesmente, deslocamento de trabalhadores a procura de complementação de renda, ou uma forma de “êxodo rural”. Reduzir tal processo a esta questão, parte da lógica burguesa de tornar o campesinato invisível. Tais camponeses não estão apenas complementando a renda, estão resistindo ao intenso processo de expropriação no campo e assegurando a permanência na terra.

Compreende-se, portanto, que a mobilidade do trabalho camponês é, sobretudo, uma estratégia de resistência, uma unidade dialética, onde o camponês fica temporariamente a serviço do capital, movendo sua força de trabalho e se assalariando, mas tal submissão acontece para não deixar sua terra completamente, pois a classe camponesa, essencialmente, almeja retornar para sua terra de trabalho.

O campesinato estabelece uma relação de sujeição/negação com o capital em seu processo de mobilidade. Ele se sujeita quando deixa sua terra, tornando-se “liberto” dos meios de produção e o nega ao retornar para terra e reproduzir seu modo de vida. Tal contradição pode ser exemplificada em camponeses que se submetem

ao assalariamento do agronegócio, trabalhando parte do ano nas colheitas de café, cana, laranja, entre outras, ao fim da colheita, retornam para a sua terra de trabalho.

Camponeses movem sua força de trabalho, porque não há como garantir a sobrevivência apenas com o produto de sua terra trabalho, tal situação, obviamente, não acontece por acaso, integra os rebatimentos do processo sujeição da renda da terra ao capital. Assim o campesinato, se utiliza da própria estratégia do capital, a mobilidade, para continuar trabalhando em sua terra. A mobilidade torna-se, portanto, uma forma resistência e de sujeição ao capital, formando uma unidade contraditória.

Partido da premissa de que o entendimento da reprodução da juventude do campo deve ser feita para além da dicotomia campo/cidade sem perder de vista a sociabilidade camponesa como ponto de partida. Posto isso, todos os processos e determinações históricos nos quais o jovem camponês insere-se não podem ser desassociados dos avanços do capital no campo.

A mobilidade territorial da juventude da classe trabalhadora é produto do êxodo e da migração atrelados às interseções da condição de ser filho de camponês (e suas múltiplas realidades individuais, familiares e coletivas), com o trabalho subordinado à hierarquia da divisão familiar do trabalho, ao interesse de sair do sítio familiar para se assalariar, constituir uma nova família e/ou estudar, e, também atinge à reversibilidade, isto é, a decisão de ficar ou voltar para participar da divisão do trabalho familiar e a subsistência no lote ou sítio (LIZARAZO, THOMAZ JUNIOR, 2016, p. 253).

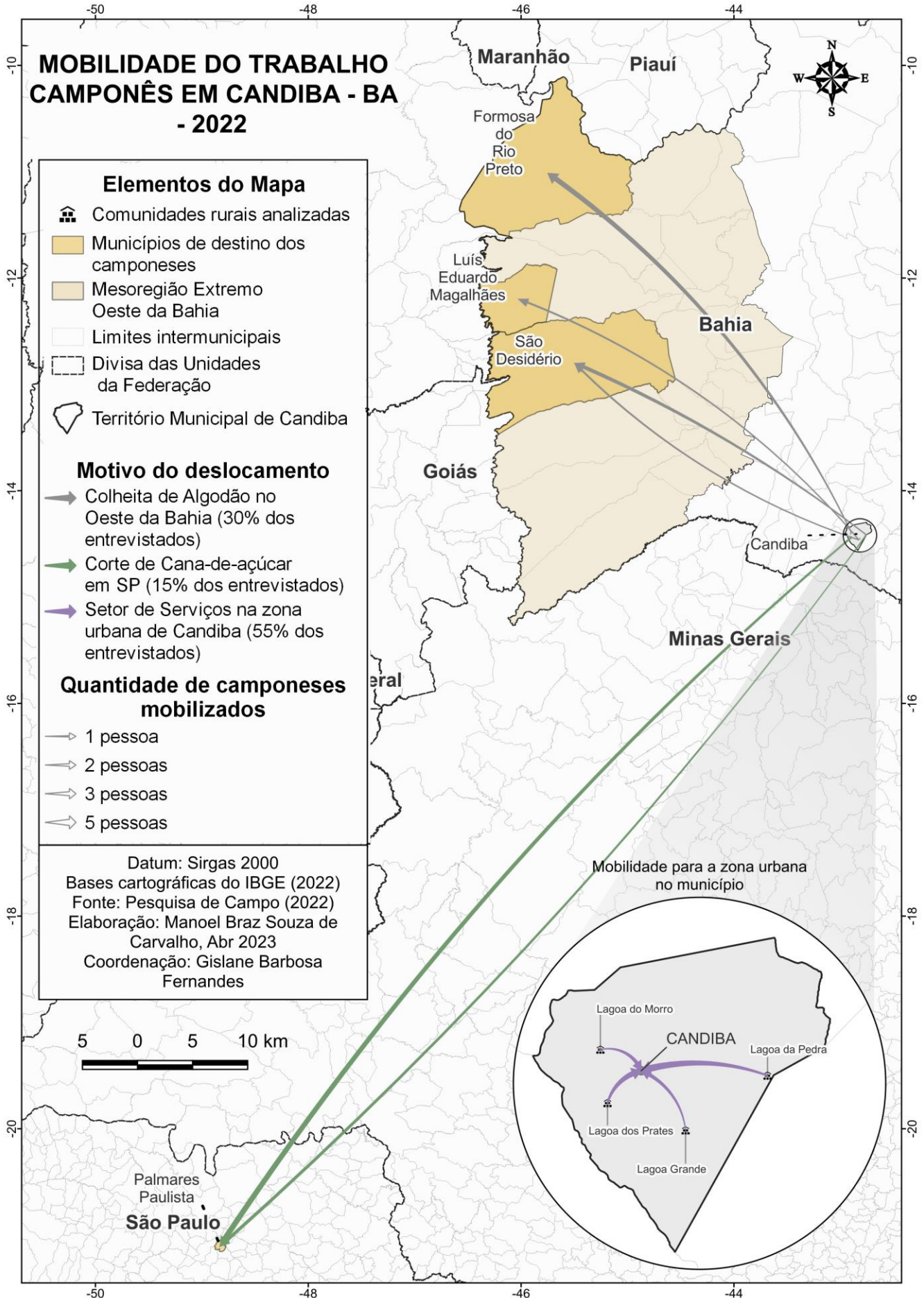
Nesse sentido, a inserção da juventude camponesa estende-se à análise sobre mobilidade do trabalho no campo, exarceba as condições dos circuitos de crise no campo, sobretudo, no espaço agrário brasileiro, dimensionando as contradições entre o discurso de integração do jovem no mercado de trabalho e o bojo das relações capitalistas. A modernidade para o jovem camponês, não pode estar presa às relações familiares de produção, o “novo” está para além do campo, vender a força de trabalho e integrar-se a modernidade; é parte do discurso hegemônico sobre a vida do jovem no campo.

Comecei a ir para a colheita de algodão no lúcio com 16 anos, aproveitei o ensino remoto durante a pandemia. Ganhava 30, 40 reais por dia, as vezes eu não aguentava carregar o saco com algodão, os

mais velhos me ajudavam. (Jovem camponês entrevistado, da Comunidade Lagoa Grande. Candiba-BA, 2022).

Ao contrário do discurso “agro pop”, foi constatado em pesquisa de campo que a os jovens inseridos na lógica do trabalho móvel, por vezes, é obrigado a abrir mão dos estudos e se submeter a condições de trabalho completamente precárias. No mapa 4 aponta-se o grau de migração entre os jovens camponeses entrevistados de Candiba/BA.

MAPA 4



Os fluxos de deslocamentos espaciais que se direcionam a partir da precarização das condições de reprodução camponesa e mobilidade da força de trabalho em busca de assalariamento segue diversos e tortuosos caminhos. Por um lado a mobilidade do trabalho em direção a locais e tipos de cultivos de destaque no agronegócio nacional, a exemplo da produção de cana-de-açúcar no estado de São Paulo e café em Minas Gerais, além de municípios do Oeste da Bahia, que se destacam na produção de commodities como soja e milho. Mas, não só isso, que se destacam, também em casos de conflitos fundiários e apreensões de situações de trabalho análogas à escravidão.

No caso do Oeste da Bahia, por exemplo, os dados do Caderno Conflitos no Campo, da Comissão Pastoral da Terra, vão dar conta de demonstrar que estão nos municípios do Oeste da Bahia parte significativa dos conflitos por terra, mais da metade das apreensões de trabalho escravo e os maiores índices de concentração da propriedade fundiária. No processo de reprodução ampliada do capital, nada se dá ao acaso. A mobilidade do trabalho de jovens camponeses pobres e dispostos a qualquer condição de trabalho é parte central e significativa para tal processo de acumulação, que se configura na degradação das condições de trabalho, como condição a extração da renda e do valor.

Na Bahia, (...) a incidência de trabalho análogo ao de escravo se concentra na parte Oeste do estado, área que congrega a região do MATOPIBA. Esses casos, sobremaneira, ocorrem nos cultivos das commodities da soja, milho e algodão, o qual será nosso foco de análise. No entanto, cabe ressaltar que outros cultivos, como o café e a cana-de-açúcar por exemplo, também estão relacionados com a escravização de trabalhadores no estado. (SANTANA, 2022, p. 168).

Embora na realidade concreta dos jovens entrevistados na zona rural de Candiba/BA não se tenha ouvido registros de trabalhadores apreendidos em relações análogas à escravidão, os mesmos relataram, com frequência, a degradação das condições de trabalho, o fato do trabalho ser duro, a jornada extensa, a comida e os alojamentos ruins, dentre outras queixas.

Outra questão a se destacar é que diante dos agravamentos propostos pela Reforma da Previdência e de uma realidade de crise estrutural e reestruturação e precarização do trabalho, como se pensar em perspectivas de futuro para esses

jovens camponeses que vivem o cotidiano da mobilidade de sua força de trabalho? Essa é uma pergunta pertinente, a ser refletida, posto que, conforme constatado em pesquisa de campo na zona rural de Candiba, ou mesmo tomando por base dados nacionais, existe, já hoje, uma dificuldade dos trabalhadores camponeses em acessar esse direito trabalhista. E por que essa realidade tende a se agravar? Conforme apontado em pesquisa empírica, no caso dos trabalhadores entrevistados mais antigos, o que mais dificultou/dificulta o acesso a aposentadoria é a o fato dos camponeses não terem a documentação das propriedades em dia, grande parte dessas obtidas por meio de herança; onde o que prevalece é o valor de uso das terras e não a propriedade privada sob a mesma. Na realidade futura desses trabalhadores vê-se o agravamento dessa situação. A dificuldade da documentação permanece, e fragmentação da unidade produtiva se intensifica a cada geração e, além disso esses vivenciam o processo constante da mobilidade de sua força de trabalho em busca do trabalho remunerado, inclusive executados na cidade, como apontou-se em pesquisa de campo, com a predominância de atividades vinculadas a construção civil para os homens e trabalhos domésticos (sobretudo diaristas) para às mulheres.

Ao analisar a realidade de comunidades camponesas do Centro-Sul baiano, Souza (2008) apontou a intensificação da mobilidade da força de trabalho camponês, em trabalhos no campo e nas cidades, apontando, inclusive, relato de trabalhadores com média e 40 anos de idade e mais de 20 deslocamentos para o estado de São Paulo, a fim de obter trabalho remunerado. Assim, a mobilidade do trabalho não se estabelecia de forma esporádica, como relatado por gerações mais velhas, se configurando em um processo permanente e ininterrupto.

Na realidade concreta observada em Candiba/BA, também ficou patente esse processo permanente de mobilidade da força de trabalho. Não se trata de mobilizar a força de trabalho vez ou outro, mas de forma constante e irreversível, representando um processo de agravamento nas condições existências de reprodução das famílias no campo. E a sua condição de sobrevivência se estabelece, necessariamente, nessa mobilidade entre o campo e a cidade; não se tratando de um escolha e sim uma imposição para não se sucumbir à fome e padecer.

Conforme apontado, a Reforma Previdenciária (EC 103/19), estabelece e endurece os critérios para a concessão de aposentadoria para trabalhadores denominados de aposentadoria híbrida – que alterne atividades de trabalho realizadas no campo e nas cidades, perdendo esses a garantia de menor tempo de comprovação de trabalho e menor idade, sendo esse processo nivelado por cima, como se esses trabalhadores se adequassem às exigências do trabalho urbano, aumentando-se tanto o tempo de contribuição quanto a idade para requerer o direito, acrescentando em 5 anos (de 55 para 60 anos – para trabalhadoras mulheres; e de 60 para 65 anos para os trabalhadores homens). Em um contexto de degradação absoluta das condições de trabalho, de incerteza nas comprovações mediante precarização das condições de trabalho, acredita-se que essa realidade se desenhará como uma tragédia para o futuro desses jovens trabalhadores camponeses. Por isso, urge a necessidade de se lutar por melhorias das condições do trabalho camponês, e do acesso à terra, como forma de minimizar os efeitos catastróficos que se apresentam.

De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) a aposentadoria rural traz para as famílias do campo um recurso quatro vezes maior do que o Bolsa Família, se constituindo a previdência rural a maior forma de distribuição de renda e redução das desigualdades no campo, atendendo mais de 9,5 milhões de brasileiros, muitos que viviam em situação de extrema pobreza. Assim, avaliam os pesquisadores desse instituto que as mudanças impostas pela Reforma Previdenciária tende a agravar a miséria no país⁷.

No caso desta dissertação, acresce-se aos efeitos da Reforma da Previdência, a intensificação da mobilidade do trabalho e a precarização das condições de trabalho, se desenhando como um agravante nas formas de reprodução camponesa, podendo agravar as desigualdades sociais, a respeito da expropriação do campo, a maior concentração da estrutura fundiária, e mobilidade para os espaços urbanos, ou a permanência mais precária no campo.

Diante disso, no curto ciclo da crise estrutural, a juventude camponesa se desdobra em um processo de reprodução social cada vez mais calcado na

⁷ Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2017/03/reforma-da-previdencia-vai-esvaziar-combate-a-pobreza-no-campo/>

precariedade, não apenas o processo de esvaziamento dos jovens do campo se apresenta no arcabouço da modernização do campo, como evidencia o processo de fragmentação da unidade produtiva. Assim sendo, as diferentes gerações de camponeses vão sendo integrados no aspecto capital/trabalho de modo a garantir o controle sobre a produção camponesa.

5 CONCLUSÕES

É notório que o processo de compreensão da reprodução camponesa não pode acontecer de maneira desvinculada das atuais configurações sociais. O campesinato entendido como classe social, no decorrer de sua reprodução histórica foi sendo recriado dentro das contradições sociais.

O capital utiliza-se dos mais diversos meios para ampliar-se na agricultura, mas mesmo frente a todas as adversidades o campesinato continua se reproduzindo por meio de suas contradições. Nesse sentido se faz necessário entender que a relação com a terra é primordial para a resistência camponesa. A terra para os camponeses analisados em Candiba tem, sobretudo, um valor de uso, não sendo vista com uma mercadoria.

A mobilidade surge como parte do processo de reprodução ampliada do capitalismo no campo, em que o camponês se assalaria de forma temporária, precarizando seu modo de vida, de maneira a resistir na terra. A mobilidade não se trata de um mecanismo de equilíbrio para o trabalhador, ou de uma forma de ampliação das ofertas de trabalho, é um meio utilizado pelo capital para desarticular e precarizar a classe trabalhadora

No contexto do trabalho móvel de jovens na zona rural do município de Candida afere-se uma migração forçada para que o sustento seja garantido, partindo do pressuposto de que a insuficiência do trabalho na terra para assegurar a sobrevivência é uma estratégia do próprio capital para subordinar o camponês. Mas como a resistência é uma das grandes características do campesinato, os camponeses não só querem permanecer, como retornam para a terra constatemente, descartando a possibilidade de abandono da terra para trabalhar por outros meios.

No que concerne ao trabalho fora de sua terra, é corroborado nas entrevistas que o trabalho assalariado é sofrível para os camponeses, a colheita da cana, do café e do algodão dá-se via constante exploração, às condições de trabalho são precárias, diferenciando-se completamente do modo de trabalho ao qual o camponês esta habituado.

O trabalho na terra tem como cerne a própria reprodução da vida camponesa, o *lócus* do modo de vida. Sem sua terra, o camponês perde

parte de si mesmo. Por isso, os processos de luta e resistência no campo são intensos, mesmo diante dos avanços capitalistas.

Nas comunidades rurais de Candiba, os camponeses, em sua terra de trabalho, para além da resistência, evidenciam a afetividade para com a mesma. A terra carrega consigo as lembranças de uma reprodução secular, é a chave do modo de vida.

A resistência na terra é um conceito chave para a compreensão da reprodução camponesa em Candiba - BA, tal reprodução realiza-se em face às singularidades da dinâmica capitalista, uma vez que os camponeses estabelecem uma relação dialética de sujeição/resistência com o capital.

Nessa relação contraditória entre camponeses e capital, o Estado atua para assegurar os interesses burgueses, criando as condições necessárias de precarização do trabalho, garantindo a geração de mais valor. Desse modo, o Estado, não entendido aqui como um agente neutro, age no intuito de amenizar os antagonismos entre as classes, serve aos interesses burgueses e, por conseguinte, aumenta a exploração da classe trabalhadora para garantir a produção de mais-valor.

Mas, na conclusão desta pesquisa, consideramos pertinente apontar que não basta aos jovens camponeses apenas o apego à terra da família e o desejo de permanecer trabalhando apenas nela. As condições objetivas não permite a concretização dessa utopia. Posto que, na condição de quase um trabalhador sem ou com pouca terra, é fundamental que estes se veja, além de um modo de vida, uma classe social, que deve reorganizar suas lutas em prol da busca pela Reforma agrária, o enfrentamento ao latifúndio e o agronegócio; as cobranças, junto ao Estado, para desenvolver projetos e ações que realmente fomentem os interesses e a permanência, bem como melhorias efetivas nas condições de vida das famílias; quiça, em um salto de consciência e organização, a própria luta contra a exploração do trabalho e a superação das contradições impostas pelo capital.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1991.

ANTUNES, Ricardo **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **LEI Nº 13.846, DE 18 DE JUNHO DE 2019**. Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20192022/2019/Lei/L13846.htm#:~:text=itui%20o%20Programa%20Especial%20para,B%C3%B4nus%20de%20Desempenho%20Institucional%20por. Acesso em: agosto de 2022

CARLOS, Ana Fani. **A Reprodução do Espaço Urbano Como Momento da Reprodução Capitalista**. 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – **Caderno de conflitos do campo**. Centro de documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia, 2021.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Jovens andarilhos no curto ciclo do capital**. Revista OKARA. Vol. 1, n. 1, 2007.

_____ **A Geografia do espaço da miséria**. Scientia Plena 1 (6): 166-170, 2005.

DE PAULA, Adriano Makux. GOMEZ, Jorge Ramón Montenegro. TRACS, Caroline Aparecida Martioro. **Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa**. Revista Pegada – vol. 18 n.1, p 57-88. 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000

FIALHO, Aline Farias. SANTOS, Jânio Roberto Diniz. **Mobilidade do trabalho, trabalho e reprodução da vida no Assentamento do Projeto Casulo/BA**. In: Anais do Simpósio Baiano de Geografia Agrária. Vitória da Conquista, 2013

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOMES, Fábio Guedes. **Mobilidade do Trabalho e Controle social: Trabalho e Organizações na era Neoliberal.** In: Rev. Sociologia Política, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 33-49, fev. 2009.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HERRERA, Karolyna Marin. **A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais.** Tese (doutorado) Florianópolis, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário de 2017.** Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>> Acesso em 15 de novembro de 2020.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Sistema nacional de cadastro rural. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>. Acesso em: 15 de novembro, 2020.

GRUPO DE PESQUISA GEOGRAFAR. **Estrutura fundiária na Bahia.** Disponível em: geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria. Consultado em julho de 2022

LBS, Advogados. **Manual Crítico da Reforma da Previdência EC nº 103/2019.** São Paulo, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev. 2006

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Atualidade no Conceito de Camponês.** In: Revista Nera, Presidente Prudente, nº. 12, pp. 57-67, 2008.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política.** Editado por Friedrich Engels, 1894.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição.** Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Boitempo Editorial, 2002

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A pequena produção agrícola mercantil no Brasil.** B, Goiano Geográfico, 165-195. 1982

_____. **Agricultura Camponesa no Brasil.** Editora Contexto. São Paulo, 1991.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** 1º Ed. São Paulo, 2007.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: Landé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Renata Sibéria; SANTOS, Josefa de Lisboa. **Vista do do pioneirismo de rochdale ao cooperativismo_ associativismo no capitalismo – uma análise do controle do estado no espaço agrário brasileiro.** Revista casa de Geografia de Sobral. I (RCGS), Sobral-CE, v. 14, n. 1, p. 69-80, 2012.

SANTANA, Aurelane Alves. **Cativeiros do agronegócio no campo brasileiro: uma análise da escravidão contemporânea a partir do Oeste da Bahia.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2022.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo território no Sudoeste da Bahia.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** Org. Bernardo Mançano Fernandes, 1ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008

SHANIN, Teodor. **A Definição de Camponês, Conceituações e Desconstruções - O Velho e o Novo de Uma discussão Marxista.** In: Revista Nera, Presidente Prudente, n. 7, pp. 1-21, 2005.

SILVA, Lenyra Rique da. A Natureza contraditória do espaço geográfico. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SILVA, José Graziano da. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro.** Campinas, SP: Unicamp – Instituto de Economia, 2001. 20p.
Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/>. Consultado em 15 de março de 2017.

SOUSA, Raimunda Aurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social. Revista Pegada – vol. 11 n.1 2010

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes no campo brasileiro. Camponeses em luta pelo/no território no Sudoeste da Bahia.** (Tese de Doutorado). NPGeo/UFS. Departamento de Geografia, São Cristóvão, 2008.

SOUZA, Tosta Suzane; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Avanço do capital e a barbárie societal no campo brasileiro**. Geopauta, V. 3, n. 3, 2019
<http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo>.

SOUZA, Suzane Tosta, SANTOS Jânio Roberto Diniz dos. **A face e as múltiplas facetas da barbárie societal no campo brasileiro: algumas considerações**. Rev. NERA Presidente Prudente v. 21, n. 44, pp. 14-38 Set.-Dez./2018

SOUZA, Dayse Maria. **Do Chão da Terra ao Chão da Fábrica: As formas contraditórias da Reprodução do Capitalismo no Espaço Agrário**. (dissertação de mestrado) NPGE/UFS, São Cristovão, 2011.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia 2019



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: A MOBILIDADE DO TRABALHO DE JOVENS CAMPONESES NO MUNICÍPIO DE CANDIBA/BA: AS DIFICULDADES PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO AGRÁRIO.

Observações: Na pesquisa, a sua identificação não será nominal. Dessa forma, sua identidade será preservada. Respondendo as questões levantadas, você estará ciente que as informações concedidas serão utilizadas para fins científicos, nesta pesquisa, e que os resultados poderão tornar-se públicos no universo de divulgação científica. Ressaltamos que as informações que nos serão fornecidas serão de importância significativa para a consecução da pesquisa e elucidação dos resultados. Desde já agradecemos imensamente por sua cooperação e apoio para fomento do desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Esta entrevista está regulamentada em conformidade com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido–TCLE, Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS Em virtude do período de pandemia relacionado a COVID-19, esta entrevista será realizada via Google Meet,. Em última instância, caso não seja possível a realização da entrevista pelos meios citados, serão adotadas todas as medidas cabíveis de prevenção contra o vírus: a utilização de máscaras, álcool em gel, luvas e distanciamento social. Link da entrevista Google Meet: <https://meet.google.com/ixj-bjds-nqn>

Pesquisador: Gislane Barbosa Fernandes.

Professor(a) Orientador(a): Suzane Tosta Souza.

Roteiro de entrevista para os jovens (18 a 29 anos) residentes do campo de candiba que vivem ou viveram em situação de Mobilidade.

1. Identificação

- 1.1 Qual é seu nome?
- 1.2 Sexo?
- 1.3 Qual o endereço?
- 1.4 Há quanto reside no campo?
- 1.5 Escolaridade?

2. Informações Gerais:

- 2.1 Começou a trabalhar com quantos anos?
- 2.2 Você gosta de lidar com terra?
- 2.3 Como é a rotina de trabalho na roça?
- 2.4 Quais são as maiores dificuldades desse trabalho?
- 2.5 Quais culturas são cultivadas?
- 2.6 Existe criação animal?
- 2.7 Quantos hectares são destinados à produção?
- 2.8 O tamanho da terra é suficiente?
- 2.9 Atualmente você se sustenta apenas através do trabalho no campo, ou exerce outras funções?

3.0 Mobilidade.

- 3.1 quais trabalhos assalariados você já exerceu?
- 3.2 Já teve que ir trabalhar para o agronegócio? como na colheita da cana, café, algodão laranja, entre outros?
- 3.3 Quais eram as condições desses trabalhos?
- 3.4 O que te levou a ir trabalhar em outros locais?
- 3.5 quais as diferenças existentes entre trabalhar na sua terra e se assalariar em outro local?
- 3.6 Você prefere trabalhar aqui, ou em outro lugar, outra profissão?

4. Modo de vida

- 4.1 A maneira de se trabalhar no campo mudou nos últimos anos?
- 4.2 viver apenas da produção da roça tem sido mais cada vez mais fácil ou mais difícil?
- 4.3 você lida com terra de uma forma diferente da que os seus pais lidavam ou lidavam?
- 4.4 Seus pais e avós também residem nesta mesma propriedade?

5. Atuação do Estado

- 5.1 Participa ou participou de algum programa como o PRONAF, Agroamigo ou garantia safra?
- 5.2 Estes programas têm auxiliado na melhoria do trabalho no campo?
- 5.3 As condições de vida têm melhorado ou piorado para o trabalhador rural?
- 5.4 O Estado tem feito algo para garantir a qualidade e quantidade da pequena produção?



SIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
AMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: A MOBILIDADE DO TRABALHO DE JOVENS CAMPONESES NO MUNICÍPIO DE CANDIBA/BA: AS DIFICULDADES PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO AGRÁRIO.

Observações: Na pesquisa, a sua identificação não será nominal. Dessa forma, sua identidade será preservada. Respondendo as questões levantadas, você estará ciente que as informações concedidas serão utilizadas para fins científicos, nesta pesquisa, e que os resultados poderão tornar-se públicos no universo de divulgação científica. Ressaltamos que as informações que nos serão fornecidas serão de importância significativa para a consecução da pesquisa e elucidação dos resultados. Desde já agradecemos imensamente por sua cooperação e apoio para fomento do desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Esta entrevista está regulamentada em conformidade com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido–TCLE, Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS Em virtude do período de pandemia relacionado a COVID-19, esta entrevista será realizada via Google Meet,. Em última instância, caso não seja possível a realização da entrevista pelos meios citados, serão adotadas todas as medidas cabíveis de prevenção contra o vírus: a utilização de máscaras, álcool em gel, luvas e distanciamento social. Link da entrevista Google Meet: <https://meet.google.com/ixj-bjds-nqn>

Pesquisador: Gislane Barbosa Fernandes.

Professor(a) Orientador(a): Suzane Tosta Souza Roteiro de entrevista destinada aos chefes de famílias camponesas.

1. Estrutura familiar e fundiária

1.1 Quantas pessoas residem na casa?

- 1.2 Algum membro com menos de 30 anos?
- 1.3 Todos os integrantes da família trabalham no campo?
- 1.4 há quantas gerações a família reside nesta propriedade?
- 1.5 A propriedade foi conseguida mediante a compra?
- 1.6 Tem aposentado na família ou qualquer outra forma de renda que não esteja associada com a lida no campo?
- 1.7 Os produtos cultivados são apenas para a venda, ou são para consumo próprio?

2. Trabalho no campo e a população jovem

- 2.1 Durante o período de colheita, apenas a família participa do trabalho, ou há a contratação de terceiros?
- 2.2 As condições de trabalho no campo tem melhorado?
- 2.3 A população mais jovem tem ajudado com a lida na roça?
- 2.4 O que você considera que poderia melhorar as condições de produção no campo?
- 2.5 Os jovens demonstram interesse em continuar com a vida no campo?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: A MOBILIDADE DO TRABALHO DE JOVENS CAMPONESES NO MUNICÍPIO DE CANDIBA/BA: AS DIFICULDADES PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO AGRÁRIO.

Observações: Na pesquisa, a sua identificação não será nominal. Dessa forma, sua identidade será preservada. Respondendo as questões levantadas, você estará ciente que as informações concedidas serão utilizadas para fins científicos, nesta pesquisa, e que os resultados poderão tornar-se públicos no universo de divulgação científica. Ressaltamos que as informações que nos serão fornecidas serão de importância significativa para a consecução da pesquisa e elucidação dos resultados. Desde já agradecemos imensamente por sua cooperação e apoio para fomento do desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Esta entrevista está regulamentada em conformidade com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido–TCLE, Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS Em virtude do período de pandemia relacionado a COVID-19, esta entrevista será realizada via Google Meet,. Em última instância, caso não seja possível a realização da entrevista pelos meios citados, serão adotados todas as medidas cabíveis de prevenção contra o vírus: utilização de máscaras, álcool em gel, luvas e distanciamento social. Link da entrevista Google Meet: <https://meet.google.com/ixj-bjds-nqn>

Pesquisador: Gislane Barbosa Fernandes.

Professor(a) Orientador(a): Suzane Tosta Souza Roteiro de entrevista destinado aos **líderes sindicais** do município

2. Identificação

1.3 Nome do

Sindicato:

1.4Endereço:

2. Atuação Sindical

- 2.1 o sindicato existe desde quando?
- 2.2 Tem quantos membros filiados?
- 2.3 A quantidade de filiados diminuiu nos últimos anos?
- 2.4 Que tipo de assistência o sindicato presta aos agricultores?
- 2.5 A assistência é somente para os filiados?
- 2.6 O sindicato possui filiados na faixa etária de 18 a 29 anos?
- 2.7 tem algum tipo de assistência específica para os jovens do campo?

3. Atuação do Estado

- 3.1 Depois das últimas reformas que limitaram a atuação do sindicato, houve uma redução na quantidade de membros?
- 3.2 De que maneira essas reformas podem interferir na autonomia do Sindicato?
- 3.4 Houve alguma redução nas articulações dos sindicatos rurais nos últimos anos em função dessas reformas?
- 3.5 O sindicato intermedia algum tipo de política pública? Quais? E como este processo é feito?
- 3.6 mantém algum tipo de parceria com órgãos do governo?

4. Reforma da previdência

- 4.1 A Reforma previdenciária burocratizou o processo de aposentadoria ainda mais. De que maneira o sindicato foi afetado por isso?
- 4.2 As pessoas em processo de aposentadoria que procuram o auxílio do sindicato, tem encontrado dificuldades para se aposentar?
- 4.3 Em função da reforma que desconsidera a carteira sindical como prova de atividade rural, as pessoas tem procurado menos o sindicato na hora da aposentadoria?
- 4.4 A burocratização do processo de aposentadoria tem prejudicado os trabalhadores do campo?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Pesquisa: A MOBILIDADE DO TRABALHO DE JOVENS CAMPONESES NO MUNICÍPIO DE CANDIBA/BA: AS DIFICULDADES PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO AGRÁRIO.

Observações: Na pesquisa, a sua identificação não será nominal. Dessa forma, sua identidade será preservada. Respondendo as questões levantadas, você estará ciente que as informações concedidas serão utilizadas para fins científicos, nesta pesquisa, e que os resultados poderão tornar-se públicos no universo de divulgação científica. Ressaltamos que as informações que nos serão fornecidas serão de importância significativa para a consecução da pesquisa e elucidação dos resultados. Desde já agradecemos imensamente por sua cooperação e apoio para fomento do desenvolvimento e conclusão da pesquisa. Esta entrevista está regulamentada em conformidade com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido–TCLE, Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS Em virtude do período de pandemia relacionado a COVID-19, esta entrevista será realizada via Google Meet,. Em última instância, caso não seja possível a realização da entrevista pelos meios citados, serão adotados todas as medidas cabíveis de prevenção contra o vírus: utilização de máscaras, álcool em gel, luvas e distanciamento social. Link da entrevista Google Meet: <https://meet.google.com/ixj-bjds-nqn>

Pesquisador: Gislane Barbosa Fernandes.

Professor(a) Orientador(a): Suzane Tosta Souza

Roteiro de entrevista destinado aos camponeses com idade entre 55 e 60anos

3. Identificação

1.5 Nome:

1.6 Endereço:

1.7 Escolaridade:

1.8 Sexo:

2. Reprodução social

2.1 há quanto tempo reside no campo?

2.2 Detem a propriedade da terra onde trabalha?

2.3 Quantas pessoas residem na propriedade?

2.4 Já exerceu algum tipo de trabalho urbano?

2.5 Já morou em outros locais?

2.6 Têm quantos aposentados na família?

2.7 Quais produtos costumam ser cultivados?

2.8 O trabalho no campo hoje é diferente de algumas décadas atrás?

3. Processo de aposentadoria

3.1 você é aposentado(a) ou já entrou com o pedido de aposentadoria?

3.2 Teve algum tipo de dificuldade no processo?

3.3 A terra em que trabalha é registrada?

3.4 Quais documentos foram exigidos durante o processo de aposentadoria?

3.5 Teve auxílio externo? Como sindicatos, associações ou advogados?

3.6 O processo foi rápido?

3.7 A aposentadoria complementa a renda da família?

3.8 Deixou o trabalho na roça depois da aposentadoria?